



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM LETRAS  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS

**UFGD**  
Universidade Federal  
da Grande Dourados

ANGÉLICA DA SILVA TERRA

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”?: O DISCURSO SOBRE OS PAPÉIS SOCIAIS DO  
MASCULINO E FEMININO APRESENTADO NO LIVRO DIDÁTICO

Dourados – MS

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM LETRAS  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS

**UFGD**  
Universidade Federal  
da Grande Dourados

ANGÉLICA DA SILVA TERRA

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”?: O DISCURSO SOBRE OS PAPÉIS SOCIAIS DO  
MASCULINO E FEMININO APRESENTADO NO LIVRO DIDÁTICO

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras, da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, área de concentração Linguística e Transculturalidade e linha de pesquisa Análise do Discurso, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob a orientação da Professora Dra. Rita de Cássia Pacheco Limberti.

Dourados - MS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

T324\* Terra, Angelica Da Silva  
"IDEOLOGIA DE GÊNERO?": O DISCURSO SOBRE OS PAPÉIS SOCIAIS DO  
MASCULINO E FEMININO APRESENTADOS NO LIVRO DIDÁTICO [recurso eletrônico] /  
Angelica Da Silva Terra. -- 2019.  
Arquivo em formato pdf.  
  
Orientadora: RITA DE CASSIA APARECIDA PACHECO LIMBERTI.  
Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.  
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>  
  
1. Gênero. 2. Escrita e ensino. 3. Manifestações discursivas. I. Limberti, Rita De Cassia  
Aparecida Pacheco. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



**ANGÉLICA DA SILVA TERRA**

**“IDEOLOGIA DE GÊNERO”?:  
O DISCURSO SOBRE OS PAPÉIS SOCIAIS DO MASCULINO E FEMININO  
APRESENTADOS NO LIVRO DIDÁTICO**

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Dourados – MS, 30 de julho de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti  
Universidade Federal da Grande Dourados  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Presidente

Dr. Conrado Neves Sathler  
Universidade Federal da Grande Dourados  
Programa de Pós-Graduação em História  
Membro Titular Externo

Dr<sup>a</sup>. Sílvia Mara de Melo  
Universidade Federal da Grande Dourados  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Membro Titular

## RESUMO

A pesquisa apresentada é a dissertação defendida em 2019 no Mestrado em Letras da UFGD e estuda a representação dos papéis sociais dos gêneros feminino e masculino presente em propostas de produções textuais nos livros didáticos de 9º ano (CEREJA, MAGALHÃES, 2015) de escolas da rede municipal de Dourados. O ambiente escolar contribui de maneira significativa na formação dos cidadãos na sociedade e os discursos que circulam nesse espaço podem conduzir, influenciar a maneira pela qual os alunos entendem e processam as informações e valores acerca dos papéis sociais dos gêneros masculino e feminino. A partir do pressuposto de que, atualmente, vivemos ainda toda a estruturação da nossa sociedade com base em valores patriarcais, a hipótese estudada é de que possa haver alguma transformação nas abordagens didáticas dos livros didáticos a respeito dos papéis sociais do homem e da mulher, convivendo agora com ampla quantidade de discussões sobre o assunto, tanto pelo viés da igualdade de gênero como as levantadas há décadas por Beauviour (1960) e Butler (2013) quanto pela onda conservadora que circula nos meios sociais e políticos do país, afirmando que existe uma “ideologia de gênero”. Alicerçados pelos estudos sobre o processo de construção de sentidos nos enunciados, como o método arqueológico de Foucault (2007; 2014), entendemos que neles existem reproduções e resistências discursivas a serem consideradas sob um amplo espectro. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com uma abordagem descritiva-explicativa, tendo como fundamentação teórica a Análise do Discurso Francesa (ORLANDI, 2010; PÊCHEUX, 2009). Assim, foram identificadas, descritas e analisadas as recorrências linguístico-discursivas sobre gêneros nos enunciados verbais presentes no livro didático em questão. As reflexões produzidas no caminho investigativo pretendem contribuir para o entendimento da construção dos papéis sociais de cada gênero na atualidade e atentar para o papel das práticas pedagógicas que podem influenciar o reforço de padrões culturais, uma vez que o resultado das análises demonstra a recorrência de estereótipos de gênero na condução das reflexões apresentadas aos estudantes.

Palavras chave: Gênero. Escrita e ensino. Manifestações discursivas.

## ABSTRACT

The research presented is the dissertation defended in 2019 by the Master in Letters of UFGD and studies the representation of social roles of female and male gender present in proposals for textual productions in 9th grade textbooks (CEREJA, MAGALHÃES, 2015) of public schools in the city of Dourados. The school environment contributes significantly to the formation of citizens in society and the discourses that circulate in this space can lead, influence the way students understand and process information and values about the social roles of men and women. Assuming that we currently live the whole structure of our society based on patriarchal values, the hypothesis studied is that there may be some transformation in the didactic approaches of the textbooks social roles of men and women, living now with wide range of discussions on the subject, both due to gender equality bias and those raised decades ago by Beauviour (1960) and Butler (2013) and the conservative wave circulating in the country's social and political circles, stating that there is an "gender ideology". Based on studies on the process of meaning construction in utterances, such as Foucault's archaeological method (2007; 2014), we understand that there are reproductions and discursive resistances to be considered on a broad spectrum. A qualitative research was conducted, with a descriptive-explanatory approach, based on the French Discourse Analysis (ORLANDI, 2010; PÊCHEUX, 2009). Thus, we identified, described and analyzed the linguistic-discursive recurrences about genres in the verbal utterances present in the textbook in question. The reflections produced in the investigative way aim to contribute to the understanding of the construction of social roles of each gender today and to pay attention to the role of pedagogical practices that can influence the reinforcement of cultural patterns, since the result of the analyzes demonstrates the recurrence of gender stereotypes in conducting the reflections presented to students

.  
Key words: Gender. Writing and teaching. Discursive manifestations.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – .....	55
FIGURA 2 – .....	57
FIGURA 3- .....	57
FIGURA 4 .....	61
FIGURA 5 .....	62
FIGURA 6 - .....	64
FIGURA 7 - .....	66
FIGURA 8 .....	70
FIGURA 9 - .....	71
FIGURA 10 - .....	72
FIGURA 11 .....	75
FIGURA 12 .....	76
FIGURA 13 .....	77
FIGURA 14- .....	80
FIGURA 15 .....	81

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 ENTENDENDO A ANÁLISE DO DISCURSO .....</b>	<b>14</b>
1.1 AD – o que é e como surgiu .....	14
1.2 Sujeito, ideologia, enunciado e discurso.....	19
1.3 Memória e formação discursiva.....	26
<b>2 PAPÉIS SOCIAIS: O MASCULINO E FEMININO .....</b>	<b>30</b>
2.1 Noções de sexo e gênero.....	30
2.2 Os papéis sociais do masculino e do feminino .....	35
<b>3 ANÁLISE E PRÁTICAS DISCURSIVAS NA ESCOLA.....</b>	<b>39</b>
<b>3.1 AD E O LIVRO DIDÁTICO .....</b>	<b>46</b>
3.1.1 Agora é a sua vez.....	52
3.1.2 A construção ficcional – a narrativa e os personagens .....	56
3.1.3 A argumentação do debate regrado – “O celular na sala de aula: vilão ou evolução pedagógica? .....	64
3.1.4 Articulando opiniões – o debate regrado.....	67
3.1.5 Texto dissertativo-argumentativo – Brasil: um país sem preconceito?.....	73
3.1.6 Texto dissertativo- argumentativo: redes sociais .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES EM CONSTRUÇÃO .....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

Os padrões atribuídos aos gêneros masculino e feminino são ponto de tensão em diversos problemas sociais. As expectativas com base no gênero estão enraizadas em toda a organização sociocultural e são justificativa para posturas sexistas e discriminatórias. A intenção aqui é promover reflexões que possam contribuir para o entendimento sobre os processos de construção do discurso. Para isso, foram analisados os textos fornecidos pelo livro didático para fomentar as discussões de produção textual dos alunos. A análise tem como foco as recorrências linguísticas que revelam posicionamentos ideológicos acerca dos papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres em textos literários ou não. As leituras das redações evidenciavam uma grande maioria de reprodução de estereótipos de gênero, demonstrando a força do discurso machista e como essa é uma das maneiras pelas quais ele se perpetua na formação ideológica dos sujeitos, mesmo que os estudos acerca da igualdade de gênero já tenham alcançado importância suficiente para figurar entre as exigências do edital oficial de seleção das obras, redigido pelo MEC, a de que tragam a mulher em posição de igualdade social.

Como mulher, educadora e pesquisadora, percebi a necessidade de entender qual o processo ideológico por trás dessas manifestações linguístico-discursivas que justifica a reprodução de padrões estereotipados há muito tempo na estrutura da sociedade atual pela nova geração. Para buscar esse entendimento, a Análise do Discurso, aqui tratada como AD, principalmente de linha francesa, norteou os estudos com conceitos importantes para as observações relatadas, como as concepções de sujeito, formações discursivas, ideologia, entre outros.

O estudo dessas manifestações justifica-se por duas principais observações: a primeira diz respeito ao conhecimento e criticidade e a segunda sobre o valor científico do registro e leitura analítica de situações vivenciadas no cotidiano escolar. Sobre a primeira, entende-se que o conhecimento acerca dos processos de formação ideológica a que os sujeitos estão expostos e se sujeitam pode ser uma ferramenta importante para que os indivíduos sociais se tornem mais críticos e menos vulneráveis a adoção e reprodução de ideias e valores prontos que lhes são impostos. O poder crítico é, essencialmente, emancipatório.

A segunda observação parte do pressuposto de que há uma importância significativa do registro e análise de ocorrências linguístico-discursivas em obra vinculada ao ensino público em um período determinado. Esse processo traz valor científico relevante no estudo de discursos apropriados de sujeitos manipulados, bem como de veiculação discursiva de valores impostos e/ou naturalizados, por sujeitos em formação nas instituições de ensino. Da mesma forma, a leitura sincrônica de dados atuais sobre temas emergentes na sociedade é um mecanismo de entendimento da realidade não só dos alunos da escola pública em questão, mas também de toda uma parcela da sociedade que é representada por essa amostragem, além de poder servir para posteriores análises diacrônicas sobre o tema comunidade e/ou sobre os sujeitos envolvidos.

Considerando o momento histórico cultural de ampla discussão informal sobre valores morais relativos a gênero, incitadas por personalidades públicas de diversas áreas e com grande alcance principalmente entre as redes sociais na *internet*, é importante notar em que medida os discursos dos adolescentes estão sendo atingidos e transformando-se nesse momento. Músicas contemporâneas que defendem uma emancipação feminina, problematizações de situações cotidianas em mídias sociais, falas públicas de políticos influentes carregadas de julgamento sobre o papel feminino e masculino fazem parte de um aglomerado de informações de fácil acesso para os adolescentes por meio da internet principalmente. Entretanto, não foi encontrado nenhum estudo que trouxesse uma análise prévia que pudesse, em alguma medida, servir como parâmetro comparativo em relação aos discursos que os adolescentes assumem como verdade sobre os papéis do homem e da mulher na sociedade, o que apenas reforça a importância do registro e análise desses dados.

A análise dos textos produzidos pelos estudantes em sala de aula, ancorados nas teorias de Análise do discurso, tratadas aqui como AD nos ajudará a compreender o processo de construção da significação dos papéis sociais de cada gênero para aqueles sujeitos. Para a evolução da discussão das relações de gênero, é importante evidenciar o quão enraizados estão os conceitos que estabelecem relações de superioridade e inferioridade. Segundo Alves e Pitanguy (1985, p.64), o movimento feminista tem como uma das principais metas, “a superação do machismo na educação” (ALVES, PITANGUY, 1985, p.64). Esta ideologia de hierarquização dos gêneros é transmitida de diversas formas, nos mais diversos âmbitos sociais, inclusive pelas mães e professoras, e até mesmo pelas histórias infantis que “também reproduzem os papéis diferenciados: a

mulher é passiva, espera que o homem, ativo, a “salve”” (ALVES, PITANGUY, 1985, p.64).

A partir da evidenciação da materialização do discurso que pode trazer comportamentos sexistas, “a liberação deverá se dar nos quatro níveis que caracterizam a discriminação: as esferas da produção, reprodução, sexualidade e educação” (ALVES, PITANGUY, 1985, p.64). Ou seja, repensar as desigualdades, pré-conceitos e violências, como foram produzidos e como ocorrem, torna possível o entendimento para oferecer intervenções com o objetivo de conscientizar e minimizar os efeitos nocivos desses elementos.

Para tanto, o método escolhido para essa análise visou permitir a subjetividade de interpretações. A partir de uma pesquisa qualitativa, com a intenção de identificar as recorrências linguístico-discursivas nos textos e tendo como “objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p.41), a exploração dos enunciados partirá para uma etapa explicativa, para “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (*Idem*, 2002, p.42).

A tentativa dessa explicação das razões, nesta pesquisa, envolve estratégias metodológicas complementares:

- 1) Coleta de dados: O livro didático utilizado no triênio 2017 – 2019 por algumas escolas da rede pública de Dourados foi analisado em relação às informações que apresenta para alimentar o repertório do aluno antes de uma produção textual. O propósito é analisar as construções discursivas acerca dos lugares do feminino e do masculino que são oferecidas pelos textos reproduzidos no livro. A título complementar, o edital ao qual a obra concorreu e venceu para ser distribuída também foi analisado, no tocante às questões de gênero.
- 2) Embasamento teórico: Busca de concepções sobre a constituição do sujeito na sociedade, usando como referencial principal os teóricos da Análise do Discurso francesa; história do movimento feminista como base para o entendimento das relações sociais diferenciadas por gênero e, por fim, metodologias que permitam a identificação da materialização linguística do discurso nos enunciados.
- 3) Análise dos dados coletados: serão pesquisadas, nos textos do livro didático, regularidades de padrões linguísticos e/ou de práticas discursivas que

manifestam posicionamentos ideológicos acerca das relações sociais de cada gênero.

Para atender aos objetivos e buscar o entendimento a respeito das questões acerca da temática, foi realizado um mapeamento sobre a discussão e abordagem do feminismo no Banco de Dissertações e Teses CAPES — Resumos, banco de dados multidisciplinar que pode ser acessado na internet pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As leituras decorrentes desse processo revelam o longo caminho do movimento feminista, inclusive as reflexões promovidas acerca dos processos de formação identitária acerca do gênero dentro da escola e através dos livros didáticos, conforme veremos mais especificamente o que interessa para este trabalho em capítulo específico. Também foram utilizados na análise os conceitos de sujeito, ideologia, discurso, enunciado, formações discursivas e formações ideológicas, estudados nas disciplinas de “Teoria da Organização da Narrativa e do Discurso”, “Michel Foucault e suas contribuições para a Análise do Discurso Midiático” e “Discurso, Identidade e Ideologia”, cursadas no Programa de Pós-graduação – Mestrado em Letras nos anos de 2017 e 2018.

A AD aqui utilizada, como já mencionado, tomará como teoria norteadora a linha francesa, sobretudo a articulação entre conceitos e metodologias presentes nos estudos de Pêcheux e Foucault. A própria AD por si só já se trata de um campo metodológico, onde se busca o entendimento do processo de constituição identitária do sujeito e a ideologia materializada nas práticas sócio-discursivas.

Parte-se, então, do entendimento de que o texto constitui-se como um objeto de significação. O enunciado, segundo a perspectiva de Foucault (2007), não se trata de segmentar os textos em unidades como frases ou mesmo signos individuais, mas sim de “uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazerem sentido” ou não”(FOUCAULT, 2007, p.98).. O estudo do texto pela perspectiva da AD não busca a interpretação dos enunciados, mas busca nos signos linguísticos os enunciados, o material em que está presente um discurso, para, a partir daí, construir uma possibilidade de se trabalhar o dispositivo ideológico de interpretação e tratar a historicidade do discurso.

Não atravessamos o texto para extrair, atrás dele, um conteúdo. Paramos em sua materialidade discursiva para compreender

como os sentidos – e os sujeitos- nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação. É a isso que referimos quando dizemos que na Análise Linguística se trabalha com produtos e na Análise de Discurso com os processos de constituição (dos sujeitos e dos sentidos) (ORLANDI, 2010, p.91).

Assim, a materialidade do discurso, que é o enunciado, nesse caso, os textos do livro didático, apenas será um ponto de partida para um estudo sobre como aqueles significados ali expressados foram elementos constitutivos daquele sujeito.

Quando dizemos materialidade, estamos justamente referindo à forma material, ou seja, a forma encarnada, não abstrata nem empírica, onde não se separa forma e conteúdo: forma linguístico-histórica, significativa (ORLANDI, 2010. p.53).

Mais especificamente, essa pesquisa busca um esclarecimento a respeito do processo de construção e perpetuação dos discursos presentes de um momento muito anterior à esse na história das lutas sobre igualdade de gênero, mantido através de um caminho de subjetividades, inclusive dentro da escola. Além disso, também fazem parte dos objetivos da pesquisa:

- Reconhecer os conceitos de feminismo e machismo representados por meio de referências implícitas e explícitas nos textos apresentados;
- Verificar sob quais regularidades emergem as inscrições discursivas sobre o papel social do homem e da mulher;
- Contextualizar as tensões entre discurso feminista e machista em circulação no ambiente escolar por intermédio do livro didático;
- Contribuir para uma reflexão sobre a disseminação dos discursos patriarcais e feministas em nível de práticas didáticas nesse momento no Brasil.

## **:: CAPÍTULO I ::**

### **1 ENTENDENDO A ANÁLISE DO DISCURSO**

#### **1.1 AD – o que é e como surgiu**

A Análise do Discurso é uma área de estudos que considera a linguagem em uma perspectiva muito mais ampla do que seria apenas uma análise de um texto. Essa vertente teórico-metodológica foi escolhida aqui justamente por dar conta do fenômeno da expressão verbal como um todo, toda sua complexidade de formação, “nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos aos menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem.” (ORLANDI, 2010, p.9)

O que se experimenta entender, neste trabalho, é o processo de poder do discurso corrente na sociedade atual sobre nossa formação ideológica. Em relação especificamente aos gêneros, quando pensamos qual comportamento esperamos de um homem e de que maneira eles diferem do que esperamos de uma mulher, há algo de autônomo na formulação desse pensamento? Quais os processos que influenciam a construção de nossos conceitos e valores? Em que nos baseamos para determinar o que é aceitável ou não? Sobre esses papéis sociais associados naturalmente ao homem e à mulher, qual o motivo dessas expectativas de atuação sobre cada gênero? E mais: o sentido que atribuímos à essas expectativas contribuem para o desenvolvimento da sociedade de que forma? As reflexões aqui desenvolvidas buscam examinar os estereótipos e posições de sujeito atribuídas a cada gênero e os processos de produção de sentido historicamente construídos que permitem a naturalização ou contestação de determinados comportamentos. A terminologia específica de estereótipo não foi explorada profundamente pelos autores que servem de base para este estudo, entretanto, a noção de “padronização” se cruza com elementos da formação discursiva e ideológica. Segundo Amossy (2014), “a estereotipagem (...) é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma apresentação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (p. 125). Dessa forma, podemos entender que, na AD, quando se menciona a memória coletiva acionada em determinadas práticas discursivas, também incluímos o estereótipo, o que se aceita como padrão em uma verdade construída em longo processo anterior ao da prática discursiva em questão, e justamente impossível de se identificar

individualmente por se desconhecer suas origens. É a existência e a recorrência histórica do processo de identificação e diferenciação dos padrões que constrói o estereótipo.

Inicialmente, neste capítulo, trago um panorama geral de como funciona a Análise do Discurso (AD), exemplificando termos e conceitos que serão importantes para o entendimento do estudo aqui apresentado.

Esse campo de estudos surgiu a partir justamente da necessidade de identificar e entender o processo que faz um discurso ter algum poder. Segundo Amaral (2013) e também Orlandi (2010), Pêcheux – precursor da AD – fez uso de três bases importantes para dar início aos seus estudos: as Ciências Sociais, a Linguística e a Psicanálise.

As Ciências Sociais aparecem compondo as condições de produção do discurso e todo o processo histórico dele, demonstrando como as relações de poder acontecem na sociedade e a maneira com que os sujeitos se articulam conforme suas posições sociais, através do discurso e da ideologia. Pressupõe-se “o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente” (ORLANDI, 2010, p.19), a medida em que se trata de relações sociais, relações de classe, modo de produção, hierarquia dos modos de produção e representações político-ideológicas. Pêcheux usou muito das teorias de Althusser (1918 – 1990) para desenvolver a AD, principalmente para tratar de questões relacionadas aos efeitos de sentido causados pela ideologia nos enunciados. Para ambos os autores, as ideologias não eram simplesmente ideias que tem origem no sujeito, mas elas mesmas “constituem os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, 1997, p.129). A ideologia de um indivíduo pré-existe a ele mesmo e é ela própria o elemento que está na construção do sujeito. “A ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2010. p.46).

Da mesma forma que fez Pêcheux, Althusser, por sua vez, já havia reconstruído teorias de Marx e Engels tratando das questões de ideologia, sujeito, sentido e ação social, o que foi de grande valia para a AD. De certa forma, pode-se dizer que Althusser vê como uma possível interpretação da obra de Marx a ideia que o sujeito se forma a partir de uma relação dialética com o meio social, não apenas determinado pela sua história, mas estabelecendo “uma práxis na qual as experiências do indivíduo formam sua consciência e na qual sua consciência formada pode atuar no ser social, em suas condições de existência, para conservá-las ou transformá-las” (SILVA, 2013, p. 77). O sujeito é então, em certa medida, formado pelo meio e também fator determinante na construção e transformação do meio em que vive.

A ciência Linguística entra na AD para nos ajudar a entender a parte material do discurso – o enunciado – e como ele é composto por uma vastidão de elementos, na medida em que se entende que no conteúdo do texto há muito mais do que apenas as designações de significação que constam nos dicionários. De fato, os signos linguísticos usados para compor um conteúdo trazem grande importância e complexidade, visto que através deles se manifestam os discursos, entretanto, é preciso ir além. “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2007 p.42).

O enunciado, o texto, não basta em si mesmo, não começa e acaba em sua materialidade linguística. Ao contrário, aponta para fora dele mesmo, e a arqueologia da AD vem para pensá-lo em sua dispersão, em todos os mecanismos atuantes na geração de sentido necessária para desde a concepção até a interpretação de um discurso. Dessa forma, “não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história” (ORLANDI, 2010, p.19).

O terceiro campo de saber que Pêcheux reuniu para os estudos da AD foi a Psicanálise, que contribuiu com importantes conceitos, principalmente sobre a formação do sujeito, agregando reflexões para o entendimento das influências das práticas e memórias discursivas sobre o indivíduo e a consequente reprodução ou supressão das mesmas. Segundo Lacan (1992[1969-70]), o sujeito é efeito de linguagem e o inconsciente é o discurso.

Cada um dos três campos de ciência supracitados já possuía suas práticas e ferramentas de estudo e análise. A articulação desses campos se deu de forma a ressignificar as ferramentas já utilizadas em cada área isolada, fundamentar uma com a outra, racionalizar e justificar uma forma de utilizar os estudos já existentes nas respectivas disciplinas, mas com o enfoque da AD, Pêcheux pretendia identificar com a análise de discursos, de que forma eles serviam como instrumento de poder político. Inicialmente, eram os discursos políticos que lhe interessavam e esse poder envolvido nas concepções de um discurso e nos efeitos que ele causava.

Em seu ponto inicial de pesquisas, Pêcheux acreditava que poderia identificar na materialidade linguística alguns padrões, regularidades que demonstrassem

explicitamente a carga ideológica do discurso. Sua ideia era tão objetiva que tentou de fato elaborar um dispositivo informático, um software, que seria capaz de analisar os discursos automaticamente, como se, uma vez fixadas as condições de produção do discurso, os discursos produzidos haveriam de manifestar constantes semântico-retóricas nos enunciados, como em uma fórmula matemática (PÊCHEUX, 2009).

A Linguística nos mostra que realmente as palavras escolhidas para expressar um determinado pensamento revelam uma tendência ideológica. Entretanto, em uma segunda fase da AD, Pêcheux percebe então que a análise de um discurso não poderia ser feita por um *software*, por trazer em si um mundo de subjetividades a serem consideradas, e nesse momento seus estudos avançam apropriando-se então das teorias de Foucault sobre formações e memórias discursivas.

As ideias de Foucault que contribuíram para a AD e, embora ele nunca tenha se pronunciado especificamente com o objetivo de contribuir exatamente com esse campo da ciência, têm grande importância para entendermos as relações de poder manifestadas e/ou produzidas em um discurso.

A qualquer análise de discursos e enunciados em qualquer momento é necessária a consideração de que, para que aquilo fosse dito, há uma memória por trás, um conjunto de já-ditos que determina aquele discurso como possível. Essa análise histórica é caminho importante para a análise, segundo Foucault (2014, p.52), “o importante é que a história não considera um elemento sem definir a série da qual ele faz parte”. Temos então que um enunciado não se considera individualmente, e, sim, a partir de sua recorrência na história. Entretanto, essa série não necessariamente se dá de forma linear, homogênea. O princípio da descontinuidade nos esclarece que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2014, p. 50). Os acontecimentos discursivos devem ser pensados em suas dispersões, “em uma pluralidade de posições e funções possíveis” (FOUCAULT, 2014, p.55). Ou seja, um mesmo discurso aparece em diversos momentos e locais da história. Não se deve procurar a regularidade pela cronologia ou regiões geográficas, mas sim pelas características que permitem que um mesmo discurso possa surgir em uma pluralidade de situações. A essas regularidades em série descontínua e não somente linear, podemos associar o conceito de prática discursiva, onde existe

um conjunto de regras anônimas, histórias, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram uma época dada, e para uma área

social, econômica e geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p. 133).

Nesse conjunto de regras históricas da prática discursiva, a complexidade de relações entre elas que validam tal enunciação ou conceito é a formação discursiva, heterogênea por sua natureza. “Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática” (FOUCAULT, 2007, p.82-83). Assim, o que importa para análise não são as datas ou lugares em que ocorreram as práticas e, sim, as razões para que se cruzassem ou se negassem os sentidos produzidos a partir delas.

Os enunciados evidenciam discursos e é na ordem do discurso que o saber, a memória e o esquecimento se constituem. É a memória coletiva que organiza os enunciados, de forma a possibilitar-lhes recorrência, anulação ou desaparecimento. Isso se evidencia por estudiosos da AD, como Eni Orlandi, “Todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se pode recortar e analisar estados diferentes” (ORLANDI, 2010. p.62) e também está presente nos estudos de diversos autores das Ciências Sociais, como Halbwachs (2006), que nomeou de “memória coletiva” esse fenômeno de lembranças que não têm apenas a dimensão individual, mas consideram todo o grupo social em que um sujeito está inserido.

De modo geral, concebe-se então, para a AD, que um enunciado não será nunca considerado isoladamente, mas, sim, em toda a sua exterioridade: as condições de produção e as práticas e memórias discursivas que justificam aquela enunciação. O arcabouço ideológico tanto do sujeito quanto do próprio discurso cria a possibilidade de existência do efeito analisado. E esse arcabouço, por sua vez, também é constituído de uma trama indissociável de relações de saber e poder na sociedade.

A partir daí, convém mencionar o conceito de subjetividade de Foucault. Para ele, “afirmar que o sujeito é um efeito das relações de poder e das relações de saber não significa que ele está submetido a uma força incontornável que predispõe os acontecimentos” (FOUCAULT *apud* MAGALHÃES, 2008, p.13). Embora um sujeito seja resultado de todos os discursos que o atravessaram, ele em si tem a liberdade para uma vastidão infinita de condutas perante determinado discurso. Entretanto, suas práticas discursivas sempre trarão consigo um contexto no qual foram passíveis de surgir.

Os chamados processos de subjetivação, nesse caso, referem-se ao modo como o próprio homem se compreende como sujeito legítimo de determinado tipo de conhecimento, ou melhor, como o sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto. [...] Poder-se-ia pensar que falar em sujeitos livres seria uma contradição em termos, já que sujeito é aquele que está sendo sujeitado, contudo, para Foucault, mesmo sendo sujeitados os indivíduos possuem um campo de possibilidade para várias condutas e diversos comportamentos. Desse modo, o sujeito é livre, pois “se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade em todo lugar (MAGALHÃES, 2008, p.13).

Devemos, então, compreender a relação entre o poder do discurso e a liberdade de aceitá-lo ou não, não em termos de exclusão mútua: como se fosse possível apenas aceitá-lo ou rejeitá-lo. O processo de subjetivação aceita que a constituição do sujeito se dá mediante a tensão entre essas duas posições. De fato, tampouco há neutralidade qualquer em um sujeito. Ao mesmo passo em que há liberdade para ação, ao falar, o sujeito ocupa um lugar ideologicamente marcado no qual estão inscritas relações de poder. No discurso de um sujeito, estão marcadas vozes sociais, representações simbólicas que estabelecem tanto individualidades quanto identidades coletivas. Para a AD, é importante reconhecer que todos os elementos constituintes de um discurso derivam de uma organização social, possibilitando o estabelecimento de interações sociais com diferentes sujeitos. Sempre haverá a construção de um cenário possível para um discurso, partindo de outros pré-existentes.

Todas as reflexões desse percurso se unem na 3ª fase da AD, onde Pêcheux introduz a ideia de interdiscurso, que é a forma como os sentidos se constituem no espaço da memória. “Todo discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2010 p.43). A maioria dos conceitos se mescla, se cruza em algum momento, para estabelecer que: o que é dito em determinado momento só é dito a partir de um conjunto de circunstâncias, memórias, formações e práticas discursivas que permitiram a existência daquele dizer; o que é dito só faz sentido – e aquele específico sentido, não outro qualquer – também em relação a práticas discursivas umas com as outras.

## **1.2 Sujeito, ideologia, enunciado e discurso**

Apesar de já citadas, neste capítulo, ao participarem das definições de outros termos – pois os conceitos se entrecruzam e significam sempre em relação ao outro – as concepções acerca dessas três específicas definições merecem um aprofundamento.

As teorias acerca da constituição do sujeito diferem para Pêcheux e Foucault, embora sejam convergentes em determinados pontos. Tal fato me permite crer que se trata de uma diferença apenas do foco em que cada um se dedica a descrever as concepções de sujeito. Para Foucault, o sujeito é constituído a partir da posição ocupada na sociedade, já que toda sua teoria gira em torno das concepções das relações de poder. Para Pêcheux, o sujeito constituído pela ideologia: “não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2010. p.47)

Pêcheux (2009) afirma que ideologia e o inconsciente estão materialmente ligados, afetados pela língua e pela história e também, por sua vez, manifestando língua e história.

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido (ORLANDI, 2010, p. 48).

Ainda seguindo a linha de Pêcheux, a ideologia é condição base para a formação do sujeito e do discurso, sendo o homem “interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2012, p.46). Essa definição de ideologia se dá para a AD, a partir de uma consideração da linguagem, determinando uma “definição discursiva de ideologia”, na qual se entende que, a partir de qualquer enunciado o sentido se dá pela interpretação, a interpretação se dá pela ideologia e a ideologia se constitui também pelas interpretações e sentidos.

Seguindo esse raciocínio, nesse ponto, talvez ambos os teóricos tragam uma convergência, pois, se ideologia é formada pela relação do homem com a linguagem e a história, ela também pode ser entendida como consequência das relações de poder institucionalizadas, embora essa seja uma ligação feita aqui apenas para unir as duas teorias, não pretendendo ter a audácia de estabelecer uma nova visão sobre a aceção de sujeito na AD. Apenas para entendermos melhor os diversos mecanismos que atuam para a formação ideológica, a posição social de um sujeito deriva de sua historicidade e de suas interações com o meio e afeta sua ideologia da mesma forma que é afetada por ela.

Segundo Gregolin, o sujeito

está permanentemente envolvido em micro-lutas cotidianas e produzir discursos pressupõe sempre a possibilidade de o sentido ser outro, da

possibilidade de o sujeito deslocar-se e fragmentar-se em várias posições, de agenciar a memória (GREGOLIN, 2006, p.31).

Assim, o sujeito se constitui tanto pelas escolhas que faz quanto pelas que deixa de fazer. As posições discursivas que assume, os entrecruzamentos com a linguagem em suas mais diversas formas, a sua cultura e as quais tem qualquer contato, a história como um todo e a memória, individual e coletiva, tudo faz parte.

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, por para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2010. p.49).

Ele se constitui pelas subjetivações, rupturas, deslocamentos e pelas relações de poder nas quais está inscrito e por meio das quais lhe é possível qualquer tipo de expressão e interpretação dos discursos correntes em seu convívio social. O entrecruzamento das relações sociais, história, memória, língua e ideologia, necessariamente determina qual a interpretação dominante para aquele discurso, partindo daquele sujeito.

Entendemos então, que todos esses fatores influenciam a produção de um discurso, mas também a interpretação deles. Ou seja, a interpretação, é, necessariamente, um fator regulador da produção do discurso e ela também é regulada por uma série de possibilidades e condições.

A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é “garantida” pela memória, sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo). O gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (o interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos. Ser determinada não significa ser (necessariamente) imóvel (ORLANDI, 2010, p.47-48).

Nessa miscelânea de divagações conceituais acerca do sujeito e ideologia, passamos a todo momento pelo discurso, que atravessa todas essas acepções e também se constitui por todas elas. Não é possível entender as concepções de um isoladamente

do outro, ao passo que a compreensão do todo vai se construindo a medida que avançamos nos conceitos que compõem a AD em um plano geral.

O que, afinal, define o discurso? Frequentemente associam o discurso à palavra, seja ela falada ou escrita. Não é disso que se trata em AD. “Ora, em diferentes ocasiões, e a propósito de temas, por vezes, em distintos entre si, Foucault reafirmou a condição primordial do discurso como luta, como batalha, e não “reflexo” ou “expressão” de algo” (COURTINE, 2016). De fato, o discurso é feito de palavras também, mas não apenas e essas não agem apenas como signos que definem uma ou outra coisa. Eles trazem em si um a mais, uma infinidade de tramas a respeito de relações de poder, trazem memórias discursivas, ideológicas e uma carga inestimável “que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2009 p.42).

O enunciado em si mesmo traz um acontecimento discursivo. Sempre, necessariamente, o enunciado carrega um discurso, seja para afirmá-lo ou para negá-lo. As subjetividades, ideologia e o histórico, do sujeito e do discurso, podem ser evidenciadas em um enunciado.

Assim é que nossos atos de fala [...] se inscrevem no interior de algumas formações discursivas e de acordo com certo regime de verdade, o que significa que estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente, e afirmando verdades de um tempo. As coisas ditas não se afastam das dinâmicas de poder e saber de seu tempo (FISCHER *apud* OLIVEIRA, 2013, p.141)

Apesar da sua natureza concreta nos signos que lhe dão forma poder ser vista como algo de análise superficial, não podemos subestimar a importância do enunciado em qualquer análise de discurso.

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente (FOUCAULT, 2007, p.31).

Um fator primeiro a se considerar para a atribuição de sentido a um enunciado, são as condições de produção: tanto o contexto mais imediato à produção do discurso, que remete a fatores circunstanciais no processo de enunciação, quanto o sentido mais amplo, o que traz determinados efeitos de sentido para aquele enunciado e “incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2010, p.30).

Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2007), discorreu longamente sobre diversos conceitos, embora a maioria deles não seja definida de forma estrita, como o que pode se conceber como enunciado. Não é possível definir o que é um enunciado nos valendo apenas em critérios deterministas que categorizam gramaticalmente uma frase, por exemplo. Apesar de sua constituição ser, basicamente, de signos,

Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 2008, p.72)

O conceito de enunciado apenas se torna mais claro a partir de sua relação com essa função citada pelo autor, que é a função enunciativa. Não é apenas o símbolo em si, mas as relações que ele constrói naquela situação em que foi enunciado, e somente nela, pois “através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade.” (FOUCAULT, 2008, P.76) Há uma relação determinada do enunciado com o sujeito, já que “não há signos sem alguém para proferi-los ou, de qualquer forma, sem alguma coisa como elemento emissor”. (idem, p.77). Não se trata, entretanto, de um lugar imutável pertencente a um sujeito e somente ele como autor de determinado enunciado. Esse lugar poderá ser ocupado por outro sujeito, carregando o mesmo enunciado e, eventualmente o mesmo discurso. O que determina o enunciado é a função enunciativa, “não porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que se pode ser assinalada a posição de sujeito” (idem, p.79). Foucault (2007) diz que:

[...] uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita).

A análise do enunciado é, então, uma análise do linguístico, mas não isolado de todo seu contexto, pois há de se considerar qual é a posição ocupada por aquele indivíduo naquele momento para depreender de seu enunciado algum sentido ou não. Os conceitos são indissociáveis, pois a própria análise assim também o é. A enunciação, que é o ato da formalização do enunciado, envolve também sistemas complexos para sua elaboração,

mostrando assim que não é pura e simples construção de elementos prévios - não pode se exercer sobre uma frase ou proposição em estado livre. Não basta dizer uma frase, nem determinada com um sujeito, para que haja enunciado -, para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente. Ou antes, visto que não se trata de uma relação suplementar que vem se imprimir sobre as outras, não se pode dizer uma frase, não se pode fazer com que ela chegue a uma existência de enunciado sem que seja utilizado um espaço colateral; um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. (FOUCAULT, 2008, p.104)

O enunciado, portanto, não é apenas um conjunto de palavras organizadas de forma a se tornar inteligível, ou seja, de fácil compreensão. Aliás, a própria facilidade de entendimento já nos revela que há mais por trás, pois “a condição de inteligibilidade para a comunicação linguística é dada pela correspondência de escolhas efetuadas no plano da expressão a outras escolhas efetuadas no plano do conteúdo” (LOPES, 1999, p.41-42). Ou seja, para a compreensão de algo dito, é necessário que haja uma relação daquele dizer com algo a que podemos associar algum sentido. Essa relação de expressão e conteúdo está intimamente ligada a fatores sociais e ideológicos.

O discurso representa muito mais do que aquela que é apenas a sua materialidade linguística, o enunciado. O discurso é, segundo Foucault (2008), um conjunto de enunciados, não necessariamente postos em linearidade, seja cronológica ou qualquer outra, mas dispersos no tempo e nos lugares. Desde que “se apoiem na mesma formação discursiva”, diversos enunciados em funções e posições variadas podem constituir um só discurso.

A definição de discurso passa a ser mais complexa quanto mais a fundo vamos nos processos que o constituem. Discurso é uma ferramenta de exercício do poder na sociedade, um poder que determina relações e lugares e que advém de nenhum outro lugar além de nós mesmos, como diz Foucault (2014, p. 07). Como sendo um elemento determinante de relações de poder, existem mecanismos externos e internos no discurso que o definem, e delimitam seu processo de produção e circulação. Dentre os procedimentos externos que atingem e controlam o discurso, o autor nos explica três, especificamente, que julgo importante mencionar para seguirmos no caminho do entendimento do discurso e suas relações de poder. São eles:

- Procedimento de interdição – diz respeito ao que se tem ou não o direito de dizer. (FOUCAULT, 2014, p. 9) Sabe-se, de alguma forma, que não se pode dizer qualquer coisa a qualquer momento. Quando o assunto é em si um tabu

social, quando a circunstância em questão não aceita socialmente aquele discurso determinado ou quando não dominamos o que está em jogo ou não temos o poder sobre o saber daquele tema, então não é permitido que aquele discurso circule.

- Procedimento de separação e rejeição – razão x loucura (FOUCAULT, 2014, p.10); quando o sujeito é julgado insano e, portanto, incapaz de manifestar um discurso merecedor de atenção, automaticamente ele é excluído, visto como irrelevante fora das instituições que tem como objetivo principal a busca de sentido dentro desse discurso.
- Procedimento de exclusão pela separação entre verdadeiro e falso (FOUCAULT, 2014, p.13-19). A legitimação de um discurso passa, necessariamente, pela nossa necessidade de colocá-lo como verdadeiro. A vontade de verdade que o autor cita, diz respeito ao ímpeto de analisar, investigar, fundamentar, conhecer, para dominar o saber e, conseqüentemente, o poder. Dentro desse processo, vários outros acontecem para determinar se um discurso se justifica como verdade ou não.

Esses processos de delimitação externos ao próprio discurso, e que o próprio autor admite não serem os únicos (FOUCAULT, 2014, p. 21), são os que “colocam em jogo a questão do desejo e do poder”. Isso porque, de certa maneira, esses processos mantêm os discursos nos lugares, controlando, limitando os sujeitos e as situações que os cabem, dominando sua circulação, exercendo seus poderes sobre o que se diz, quando se diz, quem e a quem se diz, além de delimitar as formas com que o que se diz foi constituído como um regime de verdade.

É a colocação do discurso em um lugar que “o honra, mas o desarma” (FOUCAULT, 2014, p.07). É como se houvesse, nas mesmas instâncias de controle, um aspecto que eleva o discurso a uma posição de poder e, ao mesmo tempo, o rebaixasse a algo passível de repressão: a produção do discurso é toda controlada, obedecendo a uma certa ordem que o tornará conveniente em seu contexto, o qualificará como verdadeiro e válido. Entretanto, essa mesma ordem o delimitará para que ele circule apenas nessas circunstâncias válidas e manifestado pelo enunciado apenas de quem domina a corrente daquele discurso. Também será desqualificado se for proferido por algum sujeito que não seja um representante reconhecido pela sociedade em sua “razão”, como é o caso do

louco ou anormal<sup>1</sup>. Da mesma forma, a vontade de verdade o fará legítimo apenas depois de destrinchadas suas raízes para “prová-lo” como verdade.

Os mecanismos de controle vêm para tentar dominar o poder que é atribuído ao discurso, “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório” (FOUCAULT, 2014, p.8), não permitir que ele ultrapasse bordas as quais se julgam seguras e controláveis. Isso porque o discurso está na ordem das leis, é ele o que rege a sociedade, através de um poder que nós mesmos atribuímos e que é perigoso para a ordem das coisas se não for dominado, controlado, regido por regras pré-estabelecidas, mesmo que, em realidade, nem sequer se tenha a consciência plena do poder, do perigo ou das próprias regras.

Avançando nas reflexões nas tramas do discurso, a esta altura é provável que já esteja claro que os conceitos de enunciado e discurso diferem profundamente e não podem ser confundidos, embora se cruzem, se entrelacem e se completem em sua constituição, a todo momento. O discurso “é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2008, p.132). Temos por enunciado, ainda seguindo a linha da Análise do Discurso, o conjunto de signos, palavras, regidos por uma ordem pré-estabelecida, como a gramática, para que façam sentido, construindo um conteúdo concreto.

### **1.3 Memória e formação discursiva**

As ideias fundamentais então, para a AD, são a do entendimento que o discurso depende, para existir e ser analisado, da consideração de uma série de fatores, em sentido estrito e amplo. Temos as circunstâncias em que o discurso foi produzido que trata de um contexto imediato a respeito dele. Para além, temos os procedimentos citados anteriormente - procedimento de interdição; procedimento de separação e rejeição; procedimento de exclusão pela separação entre verdadeiro e falso; entre outros - que regulam o discurso em sua totalidade, fazem com que os discursos não sejam lineares ou homogêneos, entretanto, apresentem certa regularidade. Existem os

---

<sup>1</sup> Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo (FOUCAULT, 2014, p.10).

mecanismos que limitam o alcance e a formação do discurso, outros favorecem a apropriação, aparição ou crescimento dele. A forma então como um discurso aparece, se repete e prevalece na sociedade, depende desses mecanismos e fazem parte de uma abordagem mais ampla no entendimento de sua constituição; “incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2010, p. 30).

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro. (ORLANDI, 2010, p.10)

O discurso então produz seus efeitos, que passam pela interpretação. Essa, por sua vez, se dá de forma parcialmente previsível pelo contexto em que acontece, pois esse condiciona a percepção sobre valores de verdade do indivíduo. Ao mesmo passo em que há sempre a possibilidade de contestação, deixando sem forma passível de padronização a interpretação do sujeito.

Paralelamente, se, de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de se interpretar, não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade, há especialistas, há um corpo social a quem se delega poderes de interpretar (logo de “atribuir” sentidos)[...]. (idem, 2010, p.10)

O contexto social, político, ideológico que determina quem atribui sentido a quê, é também o que delimita, de certa forma, a previsibilidade da interpretação e circulação do discurso, conforme os mecanismos de regulação. Os sentidos já ditos por outrem, em outro lugar, em outro momento, contribuem para a construção do sentido no aqui e agora.

Os sentidos estão sempre “administrados”, não estão soltos. Diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico somos instados a interpretar, havendo uma injunção a interpretar. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá. (ORLANDI, 2010, p.10)

Há um lugar na interpretação, o interdiscurso, que abriga tudo o que já se disse que possa afetar a forma de interpretação do sujeito. Em uma dada circunstância enunciativa, com um determinado contexto discursivo, é uma memória inconsciente, subjetiva, que influencia a maneira com que o sentido será produzido a partir daquele discurso.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. [...] é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (ORLANDI, 2010, p.31).

Esse talvez seja o ponto mais importante para o entendimento de toda a sorte de formações ideológicas que permeiam o social. Ao longo de toda a história da humanidade, os discursos vêm sendo construídos, mantidos, transformados, negados. Não há possibilidade de total autonomia de um sujeito em um discurso, portanto. Desde que somos concebidos como seres pensantes nesse mundo, recebemos as influências de tudo o que foi dito e feito antes mesmo que estivéssemos aqui. O próprio cuidado da mãe e do pai com um bebê e a educação que lhes dão ao longo de todo o seu crescimento e desenvolvimento pessoal, nas mais diversas esferas, são constantemente atravessados por dizeres ancestrais, consciente ou inconscientemente, para reforçá-lo, colocá-los a prova ou negá-los. Apesar de, em algum momento, termos a sensação de sermos autores dos sentidos que construímos, eles estavam agindo em nossa memória de maneira sutil e camuflada antes que nos déssemos conta de sua existência. Como sabemos, aí se forma a ilusão de que somos a origem do que dizemos (ORLANDI, 2010, p.54). Os discursos estão presentes e dispersos em todos os elementos sociais e nós nos concebemos como sujeitos no meio desse processo.

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. [...] Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso, ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas (ORLANDI, 2010, p.33).

O discurso é, então, por sua essência, capaz de controlar o que está em circulação na sociedade,

[...] um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2008, p.136-137).

Dessa forma, fica evidente o caráter emancipatório da criticidade mencionado na introdução dessa reflexão. O conhecimento dos processos de formação ideológica pode nos dar maior autonomia sobre nossos próprios conceitos e valores, a partir do questionamento de suas origens.

Sobre as questões apresentadas no início do capítulo, é possível depreender a partir da AD que os valores que defendemos e os que rejeitamos em nossa vida cotidiana, as ideias que manifestamos e as que reprimimos, aparecem, mesmo que implicitamente, nos enunciados que proferimos ou até mesmo o que calamos. Mesmo o silêncio, significa, já que é em torno dele que se estabelece a linguagem e as possibilidades de sentido. Seja o silêncio constitutivo, que indica o que é preciso não dizer, ou o local, que pressupõe a censura do que não se pode dizer (ORLANDI, 1995). Portanto, a partir dos enunciados, e até mesmo na ausência deles, podemos tentar perceber o discurso ali presente, seu processo de formação e suas relações de poder no campo social. Nossas concepções do que é aceitável ou não, de como algo deve ou não ser, são histórica e ideologicamente constituídas nesse campo do discurso, por todas as relações de poder que se entrelaçam no nosso contexto social. A leitura embasada na AD permite esse olhar sobre as experiências linguísticas propondo levar em consideração os mecanismos que fizeram construir esse sentido e não outro, esse valor e não outro, essa representação social e não outra.

A partir do próximo capítulo, a ideia é refletir sobre como essas relações que constituem o sujeito aconteceram de forma a estabelecer o que são os papéis sociais correntes na sociedade para cada gênero, o masculino e o feminino.

## :: CAPÍTULO II ::

### 2 PAPÉIS SOCIAIS: O MASCULINO E FEMININO

#### 2.1 Noções de sexo e gênero

Ao pensar a respeito das distinções entre os sexos, inicialmente, não parece algo passível de questionamento. Os conceitos estão cristalizados de forma tão intrínseca em nossa formação ideológica que consideramos totalmente natural a distinção binária corrente em predominância na atual sociedade ocidental. Desde os primórdios, ao nascer (e agora até mesmo antes disso – com auxílio de exames médicos de imagem e laboratoriais) determina-se com base na estrutura biológica do bebê humano o que ele é: menino ou menina, homem ou mulher. Essa determinação demonstra-se eficaz e satisfatória sob o ponto de vista da necessidade humana de categorizar todos os seres de maneira objetiva: todas as vezes que um bebê tem um pênis, é menino e todas as vezes em que o bebê tem uma vagina, é menina.

A partir daí, se constrói uma série de expectativas a respeito da vida daquele ser, que varia muito nitidamente de acordo com o sexo que foi identificado. Pensa-se então na cor do enxoval: rosa, vestidos e saias para meninas; azul, bermudas e camisetas para meninos. A maneira com que a família e a sociedade promovem a criação daquele sujeito é norteadas, principalmente, pelo sexo. São atribuídas as características esperadas para cada grupo e em cada fase da vida: os meninos mais ativos e agressivos, as meninas mais doces e delicadas; ao longo do período da puberdade espera-se que o menino mantenha relações sexuais com as garotas e nada se estranha do contato dele com o próprio corpo, ao contrário, ele, frequentemente, é encorajado a fazê-lo. Na mesma medida, espera-se que as meninas não manifestem sua sexualidade, que se preservem, que não se toquem e, às que não se rendem a esse pudor é reservado o repúdio social, ao passo que ao garoto que não corresponde às expectativas, é atribuído algum ‘desvio’ de sua sexualidade.

Simone Beauvoir, em sua obra *O segundo sexo* (1960) propõe a separação dos termos específicos de sexo e do gênero. Para a autora, o sexo masculino e o sexo feminino, aqueles biologicamente determinados a que nos referimos anteriormente, nada tem de se relacionar com o fato de meninos usarem azul e as meninas cor de rosa.

Isso porque essas últimas construções seriam exclusivamente sociais, sem nenhuma ligação com determinismos fisiológicos naturais.

Qual a justificativa para o entendimento de que existem papéis sociais característicos dos gêneros masculino e feminino? O que faz com que, ao nascer menina, ela não só tenha que usar rosa, como ser sensível, amorosa, calma e, ao nascer menino, ele tenha que ser aventureiro e forte?

Essas são algumas das questões mais básicas do movimento feminista hoje em dia. Anteriormente, havia outras. A primeira fase do movimento, na primeira metade do séc. XX, tinha como maior foco a reivindicação de questões referentes aos direitos civis, como o voto. Em um segundo momento, já na década de 60, a chamada segunda onda do feminismo dizia respeito ao direito do controle reprodutivo e promoveu amplos debates a respeito da invenção da pílula anticoncepcional. Na década de 80, as questões eram acerca da exploração comercial do corpo feminino, problematizando a maneira como a indústria manipula as mentes das mulheres, criando inseguranças sobre sua estética. A quarta onda do feminismo, que estamos vivendo atualmente, é resultado da evolução de todas as reflexões que os questionamentos anteriores levantaram. Chegamos ao momento em que já não basta apenas contrariarmos as normas ditadas, em um movimento de resistência e transgressão, mas invocamos agora que repensem os fundamentos que estabeleceram tais regras. É necessário, nesse momento, pensar o que é que determina o ser mulher, quais são as coisas que especificam cada gênero e seus papéis sociais, para desconstruir as atribuições que foram inseridas nos conceitos de homem e mulher.

Judith Butler (2013) considera que há uma identidade tida como naturalizada do ser social que se pauta pelo determinismo biológico. Isto é, a existência do ser enquanto sujeito é guiada por comportamentos pré-estabelecidos de acordo com o seu sexo biológico. A necessidade lógica da humanidade em separar cartesianamente todas as coisas existentes, em busca de organizar o caos existencial, acaba por convergir em uma categorização regida predominantemente pela aparência corpórea. Assim, separa-se o homem da mulher, basicamente, pelas suas características físicas: é feita uma divisão dos seres humanos em categorias de gênero feminino e masculino, e, posteriormente, são determinados papéis e expectativas sociais referentes a cada grupo. Portanto, em realidade, notamos que não há um determinismo biológico no comportamento social, ou seja, não é o nascer homem ou mulher que determina como agir perante a sociedade. O

que há é uma determinação desse comportamento pela própria sociedade, baseado no nascer homem ou mulher e “é a comunicação repetida desses modelos inventados para o gênero que lhes reforça e assegura a manutenção através dos tempos” (SILVA, 2018a, p.155).

O que acontece então é que, com base no binarismo físico (não tão binário assim, pois não se nasce apenas do sexo feminino ou masculino, uma vez que existem os casos de hermafroditas ou pessoas que nascem com duas genitais), determina-se também um binarismo de gênero: o corpo físico dotado de um pênis se portará socialmente como homem, e o corpo que possui uma vagina, conseqüentemente, se comportará como mulher. Associa-se ao corpo um padrão social, “o corpo biológico socialmente modelado é, assim, um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada.” (BOURDIER, 1995, p.156). Incorporam-se as expectativas sociais e políticas pelo que cada corpo representa, atribuindo, inclusive, uma superioridade de um sobre o outro ao “basear na objetividade de uma diferença natural entre os corpos biológicos a diferença social entre duas essências hierarquizadas”. (idem, p.149)

A partir dessa ideia de que cada gênero é destinado a um determinado comportamento, desde o nascimento, a criança começa a ter sua identidade construída por diversos fatores históricos, sociais e culturais. O que o movimento feminista atualmente questiona é que as identidades dos sujeitos são diretamente influenciadas pelo seu gênero, e “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente construída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados” (BUTLER, 2015, p.56).

Ao nos aprofundarmos nesse pensamento, levantamos questionamentos sobre essa identidade construída. A necessidade de categorização lógica da sociedade, que identifica, racionaliza e ordena tudo seria mesmo aplicável ao que concerne aos gêneros dos seres humanos? O que fazer ao nos depararmos com um sujeito que foi categorizado como homem com base em sua aparência corporal, mas que não corresponde ao comportamento esperado para essa categoria? Ora, se as características comportamentais, identitárias de cada sujeito fossem determinadas apenas geneticamente, não nos depararíamos com a situação da pergunta anterior, mas é fato que elas existem.

Entretanto, conforme já levantamos os questionamentos acerca da construção do sujeito, é necessário considerar as subjetividades das construções da identidade do homem e da mulher, e desse processo que caracteriza nossa identidade. A ideologia que

um sujeito carrega, já vimos que é fruto de um sem número de cruzamentos de experiências e influências (conforme PÊCHEUX, 2009; ORLANDI, 2010; GREGOLIN, 2006) . Da mesma forma, as atribuições de identidade de gênero trazem em seu discurso toda uma gama de comportamentos esperados dentro do binarismo homem-mulher da sociedade ocidental. A partir do entendimento de que a identidade do sujeito é construída pela ideologia e pelas práticas discursivas que carrega e das que é cercado, não há razão lógica para pressupor que a identidade atribuída a cada gênero seja imutável e absoluta.

Quando falamos numa crítica da identidade, não significa que desejamos nos livrar de toda e qualquer identidade. [...] faz grande diferença se alguém toma ‘ser lésbica’ ou ‘ser um judeu’ como fundamento ou base de todas as suas outras visões políticas, ou se, ativamente, compreende que as categorias são historicamente formadas e ainda estão em processo (BUTLER, 2013, p.48).

Essa identidade de gênero, portanto, deve ser desconstruída, uma vez que não há base para ela que não ela mesma. Judith Butler (2013) entende, inclusive, que o conceito de identidade de gênero é na verdade uma “paródia de gênero”.

Aliás, a paródia que se faz é *da* própria ideia de um original [...], a paródia do gênero revela que a identidade original sobre a qual molda-se o gênero é uma imitação sem origem. [...] a identidade de gênero pode ser reconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção. (BUTLER, 2003, p. 197)

Não há a pretensão, aqui, de reformular de todo a ideia que gira em torno das construções identitárias. O que interessa para o presente estudo é a compreensão de que os papéis sociais que esperamos que homens e mulheres desempenhem não são algo que existiu desde e para sempre, como algo natural. São construções, (conforme PÊCHEUX, 2009; ORLANDI, 2010; GREGOLIN, 2006) sobre nossas ideologias e memórias discursivas. Processos discursivos e sociais permitiram a naturalização dessa ideia, como Orlandi descreve o papel da ideologia:

O trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento, pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá: é justamente quando esquecemos quem disse “colonização”, quando, onde e porquê, que o sentido de colonização produz seus efeitos. [...] Os sentidos não se esgotam no imediato. Tanto é assim que fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores. Não temos controle sobre isso (ORLANDI 2010, p.50).

São as performances, o repetir involuntário, talvez inconsciente, de comportamentos que nos são passados como pertencentes àquilo que acreditamos ser. Quando o comportamento é consciente, Judith Butler chama de performatividade, como explica Jacilene Silva:

*Performance* se refere as repetições não racionalizadas dos comportamentos que ditam o gênero, ao passo que performatividade é o ato de performar o gênero de maneira proposital. [...] as performances de gênero não são atos que se praticam de maneira livre e espontânea, mas são atos regulados por uma estrutura social rígida de linguagem que a sustenta e impede outras possibilidades de agir. Já a performatividade corresponde ao ato que desafia a *performance* e escancara a fragilidade desta (SILVA, 2018a, n.p.).

Ora, se é possível que exista a *performance*, ou seja, que alguém que não tenha o corpo designado para aquele específico comportamento execute-o, como pode o comportamento ser então natural? É justamente o que é preciso desconstruir. Não há naturalidade. “De modo que todo o “ser” dos gêneros não passa por atos reiterados que acabam se confundindo com o natural, de tanto tempo sendo repetidos, mas, na verdade, são artificiais, inventados” (SILVA, 2018a, n.p.). Essa naturalização dos comportamentos para cada grupo de gênero nos leva a uma outra questão – a dificuldade de destruir as barreiras construídas por essas ideias.

Os textos a serem analisados mais adiante nessa pesquisa, mesmo em uma triagem prévia já nos revelam que ainda aparecem, em maioria, os comportamentos esperados para cada gênero. “Na naturalização dos comportamentos surgem práticas opressoras, barreiras reais sustentadas por ideias muito difíceis de destruir”. (SILVA, 2018b). Os estereótipos aparecem como a representação daquele padrão ideal e a justificativa para os indivíduos que não se encaixam nele.

como uma espécie de atalho mental, os estereótipos constituem um instrumento pelo qual as pessoas caracterizam de maneira necessariamente esquemática, outro grupo com o qual estão apenas parcialmente familiarizadas. Contudo, numa situação de domínio racial, indiretamente eles racionalizam e justificam as vantagens dos detentores do poder social.(STAM, 2008, p. 456)

Da mesma forma que as questões raciais, por exemplo, o estereótipo do masculino e do feminino determina os comportamentos e posições sociais, bem como aparece não como uma construção, uma consequência dos processos de diferenciação instituídos de forma não localizável, mas sim como a causa dessa heterogeneidade constituída.

## 2.2 Os papéis sociais do masculino e do feminino

O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero. (ADICHIE, 2014).

Toda a padronização comportamental, social, política e psicológica com base no gênero contribui, de certa forma, para a construção de uma superioridade de um gênero sobre outro em determinado aspecto. Isso porque esse sexismo determina que a mulher, por dever ser mais sensível, esteja reservada a carreiras consideradas “femininas” – serviço social, enfermagem, ensino/educação, etc. – de forma dominante (LOBO, 1992) e os homens, corajosos, fortes e desbravadores ocupando cargos de liderança e funções importantes: é o gênero estruturando o funcionamento social.

A organização do trabalho dentro das comunidades passou por diversos processos ao longo da humanidade e, provavelmente, em algum ponto longínquo na nossa história de evolução, se baseava exclusivamente na força e resistência física. Entretanto, já há tempos essa justificativa já não é mais aceitável, embora ainda vejamos os homens ocupando a maior parte dos cargos públicos de poder. Devemos considerar que, a sociedade capitalista se organiza de forma intrinsecamente ligada ao poder de produção, ou seja, às posições de trabalho que o sujeito ocupa. Para Bourdieu (1995, p.149)

a organização simbólica da divisão sexual do trabalho e, pouco a pouco, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, em particular do corpo masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, notadamente na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão masculina da divisão do trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, por isso, a toda a visão masculina do mundo.

A construção simbólica da diferenciação entre os sexos socialmente constituídos leva a uma hierarquização social onde, ao se caracterizar como um sexo, automaticamente se exclui o que caracteriza o outro, produzindo “esse artefato social que é um homem viril ou uma mulher feminina.” (BOURDIEU, 1995, p.156). Assim, o homem não chora, pois isso é do feminino; e a mulher não lidera, pois isso é do masculino.

O sexismo é um essencialismo. Como o racismo, de etnia ou de classe, ele visa imputar diferenças sociais historicamente instituídas a uma natureza biológica funcionando como uma essência de onde se deduzem implacavelmente todos os atos da existência. E dentre todas as formas de essencialismo, ele é sem dúvida o mais difícil de se desenraizar. (BOURDIEU, 1995, p.145)

As decorrências dessas construções simbólicas vão apenas se repetindo automaticamente e se perpetuando na sociedade, pois, como estão naturalizadas, não há um questionamento fluente sobre seus fundamentos. Entretanto, o papel da ciência bem como dos movimentos sociais de militância, tem sido no sentido de reconhecer os sujeitos em suas individualidades caracterizadas pela história que o atravessa, e não apenas baseado em determinismo biológico. Assim como fatores biológicos foram usados em outros tempos para justificar barbáries racistas e hoje o movimento negro avançou muito em conquistas para desmistificar a hierarquização pela cor da pele, o feminismo vem tentando esclarecer que, se a mulher ocupa uma posição desprivilegiada na sociedade capitalista, é pelo histórico que foi construído para justificar o injustificável.

O imenso progresso que a psicanálise realizou na psicofisiologia foi considerar que nenhum fator intervém na vida psíquica sem ter revestido um sentido humano; não é o corpo-objeto descrito pelos cientistas que existe concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito. (BEAUVOIR, 1960 p.59)

É necessário admitir que a ideia do gênero, em aspectos sociais, é algo construído ao longo da história da humanidade e se refere ao desempenho de um papel que não existe em si, mas que somente foi inventado, sem que exista qualquer essência de um modo original e ideal de feminino e masculino (SILVA, 2018a), mas apenas naturalizado através da prática social, pois é

através dos corpos socializados, isto é do *habitus*, e das práticas rituais parcialmente retiradas do tempo pela estereotipagem e pela repetição indefinida que o passado se perpetua na longa duração da mitologia coletiva, relativamente libertada das intermitências da memória individual. (BOURDIEU, 1995, p.135)

Consequentemente, também se faz considerável a necessidade de se pensar de alguma forma sobre os processos que regulam essa perspectiva. A construção do processo ideológico que justifica práticas sexistas se dá de diversas formas, nas mais variadas instâncias da vida social, e, consideravelmente, nos aparelhos ideológicos do estado (ALTHUSSER, 1998), na escola e na igreja, que têm grande poder para perpetuar ideologias como forma de dominação. Esses princípios de divisão que

organizam essa visão de mundo na sociedade recebem o reforço permanente das estruturas e expressões coletivas e públicas. “(...) a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam saberes práticos mas em moldes que asseguram a *sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da prática desta.” (ALTHUSSER, 1998, p. 22) Em suas discussões acerca da sustentação do sistema capitalista e reprodução dos sistemas de produção, Althusser conclui que “foi o aparelho escolar, que de fato substituiu nas suas funções o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante, isto é, a Igreja. Podemos até acrescentar: o duo Escola – Família substituiu o duo Igreja-Família.” (1998, p.62). Ora, seguindo o fluxo desse raciocínio teórico, e considerando que “(...) a Escola ensina as regras dos bons costumes” (1998, p.21), podemos ter a ligação entre o poder da Escola enquanto instituição formadora do ideológico de manutenção dos discursos correntes na classe dominante e conservadora.

Assim, não é possível mensurar os efeitos sociais dessa hierarquia naturalizada. Esse sistema ainda em funcionamento de superioridade masculina, faz parte inclusive da crença das próprias mulheres em sua inferioridade, na medida que

Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere. Se o respeito ou o medo que inspiram a mulher impedem o emprego de violência contra ela, a superioridade muscular do homem não é fonte de poder. (BEAUVOIR, 1960)

A força física deixou de ser parâmetro de superioridade na sociedade há muito tempo, já que não dependemos mais das lutas dos homens com suas caças para nos alimentarmos, como era na pré-história. No entanto o medo da violência permeia todo o imaginário feminino, tendo sido inclusive um item observável nos textos dos livros, conforme será apresentado mais adiante, que tratam apenas da mulher como vítima. Há também a violência simbólica, do não espaço, da não autonomia, que é uma dimensão de toda a dominação masculina. Toda a ação de se repensar os papéis sociais passam pelas consequências de toda essa estrutura.

“É isto que faz com que a libertação das vítimas da violência simbólica não possa se dar por decreto. Observa-se até mesmo que os limites incorporados não se manifestam nunca tanto como quando os constrangimentos externos se suprimem e as liberdades formais – direito de voto, direito à educação, acesso a todas as profissões,

inclusive aí as políticas – são adquiridas: a auto-exclusão e a “vocaçãõ” (negativa tanto quanto positiva) vêm então tomar o lugar da exclusão expressa. (BOURDIEU, 1995, p.146)

Mesmo que nada tenha de natural nas expectativas comportamentais atribuídas a cada gênero, nos papéis sociais desempenhados por homens e por mulheres, na hierarquização dos sexos, etc, o processo de enraizamento dessas construções atingiu níveis tão fundamentais da construção do sujeito, que a reelaboração em uma nova perspectiva é algo extremamente difícil de se construir. É, nesse sentido, que a valorização dos rituais sociais individuais e coletivos de percepção humanista do sujeito em sua individualidade podem ser determinantes para a sociedade como um todo.

## :: CAPÍTULO III ::

### 3 ANÁLISE E PRÁTICAS DISCURSIVAS NA ESCOLA

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentas/os aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados – portanto, não são concebidos – do mesmo modo por todas as pessoas. (Louro, 1997, p.59)

Partindo do entendimento da concepção exposta como enunciado primeiro desse capítulo, é preciso ressaltar que a escola é instituição de formação dos sujeitos. Mesmo que seja a postura institucional homogênea em direção a um aspecto ideológico específico, cada indivíduo vai se constituir na vivência escolar de uma forma diferente. Também esse processo de formação atingirá cada indivíduo de uma maneira, e é atravessado por um número infinito de subjetividades nos espaços e sujeitos que o compõe.

O educador é parte importante nesse processo. Também seu modo de ensinar está composto de um mar de subjetividades, desde sua constituição como ser social, como sujeito, sua composição escolar e acadêmica e pelo peso do sistema na prática. Durante as aulas de Língua Portuguesa, como professora do ensino básico regular da rede municipal, de 2017 a 2019, trabalhei intensamente a leitura, interpretação, debate e produção de textos literários e não literários<sup>2</sup> com as turmas de 9º ano em diferentes escolas públicas municipais de Dourados-MS. O trabalho com o texto escrito, em sala de aula, não se limita a leitura e interpretação da forma da linguagem, dos aspectos

---

<sup>2</sup> Vale mencionar a conceituação de texto literário, por Moisés, em seu livro *A análise literária*, “Falta saber que é que se entende pelo adjetivo *literária*, equivalente à expressão *texto literário*. A noção de texto literário relaciona-se estreitamente com o conceito de Literatura. Quanto a mim, *Literatura é a expressão, pela palavra escrita, dos conteúdos da ficção, ou imaginação*. Se bem observarmos, o próprio enunciado implica a ideia de “texto”, ao colocar ênfase sobre o fato de ser a Literatura expressa por meio da palavra escrita. Sendo assim, inscreve-se na categoria texto literário todo escrito que exprimir ficção, ou imaginação.” (MOISÉS, p.13-14). Nesses termos, o entendimento de não literário engloba toda a sorte de textos informativos, argumentativos que compõem o repertório do livro: reportagens, notícias, infográficos e tabelas estatísticos, etc.

técnicos da composição da escrita ou das figuras de linguagem. O maior exercício é o de alcançar o nível discursivo das narrativas apresentadas, para um trabalho de efetiva reflexão sobre as condições de representação de mundo ali apresentadas.

O planejamento das disciplinas, guiado por documentos institucionais internos e externos, define os conteúdos a serem trabalhados em cada série e período e o livro didático figura um apoio significativo ao trabalho de leitura e escrita de gêneros textuais, por disponibilizar exemplos de textos retirados de práticas reais<sup>3</sup> de comunicação social. Além dos trabalhos destinados a cumprir o componente curricular da disciplina, as aulas também são destinadas a cumprir outras práticas, como eventos culturais dentro da escola, apresentações dos alunos, palestras, etc. Durante o convívio com esses jovens, os mais velhos das escolas – já que a rede municipal não contempla o ensino médio e eles estarem no último ano do ensino fundamental - com idade entre 13 e 16 anos, frequentemente era possível compartilhar suas vivências de mundo, como as músicas que gostavam, os lugares que frequentavam, etc. Grande parte dos estudantes ouvia, inclusive dentro da escola, músicas contemporâneas de *rap* e *funk*, consideradas geralmente como gêneros musicais de resistência e embate aos padrões sociais, bem como de explícita sensualidade, respectivamente. O contexto das letras de música que eles repetiam pelos corredores e durante as aulas falavam sobre luta de classes, racismo, empoderamento feminino, bem como defendiam a liberdade sexual da mulher. Esses enunciados poderiam ser observados sob diversas perspectivas, entre elas, como um fator causal de comportamentos mais conscientes e libertários nos jovens, sendo um objeto de influência e poder sobre o ideológico dos mesmos ou seria já a consequência, o fruto cultural discursivo de uma geração já muito a frente da anterior em relação à consciência perante as minorias?

Fato é que, todas essas práticas discursivas, conforme demonstrado pelos estudos de AD, constituem e são constituídas por aqueles sujeitos simultaneamente. Paralelamente a esse cenário aparentemente aberto para o novo, o momento político do país era significativo para a questão e traz uma perspectiva oposta, em uma onda política conservadora: o atual presidente da República, eleito em 2018, usou fortemente, em sua campanha, estratégias que incluíam apresentar como fato verídico e incontestável que o

---

<sup>3</sup> Segundo o edital de seleção das obras didáticas a serem distribuídas para as escolas públicas no Plano Nacional do Livro Didático, de autoria do Ministério da Educação, conforme conteúdo veremos mais adiante.

sistema público de educação seria uma forte influência sobre o ideológico dos jovens, o que se demonstra plausível a partir dos teóricos citados previamente neste e em outros estudos sobre discurso e educação. Entretanto, algumas de suas falas, que mais convenceram seu eleitorado, defendiam termos como “doutrinação marxista nas universidades” e “ideologia de gênero” na educação básica. Em entrevista na Rede Globo durante a campanha presidencial, o candidato disse, a respeito de seu posicionamento muitas vezes tido como ‘homofóbico’: “Eu estava defendendo as crianças em sala de aula. Um pai não quer chegar em casa e encontrar um filho brincando com boneca por influência da escola. Esse é o assunto. (...) **Nada tenho contra o gay, eu tenho contra o material escolar em sala de aula.** (...) O Plano Nacional de Promoção e Cidadania LGBT, são 180 itens, entre eles a desconstrução da heteronormatividade, ou seja, estão ensinando em algumas escolas que homem e mulher tá errado, pode ser sim homem com homem e mulher com mulher, o que é difícil para criancinhas a partir de 6 anos de idade”<sup>4</sup>(grifo meu). Ainda segundo o presidente, na época apenas candidato, as escolas públicas estariam recebendo materiais de “incentivo à homossexualidade” e “ideologia de gênero”, termo usado pelo presidenciável para se referir a um sistema de influências para que crianças mudassem de sexo e/ou iniciassem sua vida sexual precocemente, e que, ao ser adotado por setores políticos e receberem reforço midiático, se tornou uma categoria política, estando presente em vários outros discursos, de tantos outros candidatos da última campanha eleitoral. Segundo Miskolci e Campanha (2017, p.727), esse termo começou a ser usado pelos setores da onda conservadora equiparando ideologia a diversas vertentes totalitárias, incluindo o nazismo e o comunismo.

O Presidenciável em seu plano de governo, cita, sem maiores explicações, que “Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação.”<sup>5</sup> A fala do político demonstra que, aparentemente, as questões relativas ao gênero geram incômodo quando tratadas fora do contexto padrão conservador heteronormativo, embora haja um esforço, em certa medida, para tentar não parecer preconceituoso, comportamento frequentemente observável por estudos que tratam das relações de pré conceitos entre classes dominantes e minorias, conforme já visto por Landowsky (2002):

---

<sup>4</sup>Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6980200/> Acessado em 21 de jun. 2019.

<sup>5</sup> Publicado no site do Tribunal Superior Eleitoral, disponível em [http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta\\_1534284632231.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf) acesso em: 20 jun. 2019.

Assimilador, o grupo dominante não rejeita ninguém, e se pretende, ao contrário, por princípio, generoso, acolhedor, aberto para o que vem de fora. Porém, ao mesmo tempo, toda a diferença de comportamento um pouco marcada (...) parece, para ele, extravagância despida de razão. (LANDOWSKY, 2002, p.6)

A emergência do termo “ideologia de gênero” como instrumento político já é vista em outros países da América Latina na atualidade, em um movimento de reação das classes conservadoras às políticas públicas voltadas para o gênero e a sexualidade no âmbito da educação e também às políticas sexuais e reprodutivas de modo geral, tal como demonstram Cornejo-Valle e Pichardo (2017, p.02):

Tras varias décadas de avances en materia de igualdad de género y derechos sexuales, se extiende por países de América y Europa una oleada de protesta organizada contra la libertad personal y la igualdad de derechos entre hombres y mujeres y de las personas lesbianas, gays, bisexuales y trans (LGBT). A diferencia de formas de resistencia anteriores, de carácter local y reactivo, ahora estamos ante un fenómeno transnacional bien organizado por partidos y *lobbies* conservadores con una misma retórica pergeñada por la jerarquía de la Iglesia Católica (y compartida por otras iglesias posteriormente). Esta retórica no sólo incluye la etiqueta “ideología de género”, repetida obsesivamente como un ensalmo contra cualquier avance legislativo o en términos de igualdad de género y respeto a las personas LGBT, sino también la invocación de la medicina para justificar la discriminación, el uso de un lenguaje propio que aspira a cambiar el significado de términos clave en la lucha por los derechos sexuales y reproductivos o un repertorio de simbología visual que enmarca su mensaje discriminatorio en colores alegres y escenas felices. (CORNEJO-VALE; PICHARDO, 2017, p.02)

A análise de toda a conjuntura política em uma perspectiva nacional ou global demanda diversas outras produções de estudos que não cabem neste, embora não pudesse deixar de mencionar, mesmo que superficialmente, o contexto em que esses discursos se encontram. Sem entrar no mérito de avaliar a veracidade de todas informações em sua literalidade, em particular o trecho que se refere ao material didático, sendo eu uma profissional do magistério municipal, me pareceu intrigante e passível de uma verificação mais precisa.

A partir das falas colocadas pela onda conservadora, podemos entender como resposta à pergunta anteriormente colocada que os alunos estariam quebrando os paradigmas sexistas da sociedade, entrando em conflito com o que lhes foi passado através das práticas socioculturais ao longo da vida, através de uma nova postura da escola em relação aos papéis sociais dos gêneros e da sexualidade. Nessa perspectiva, o livro didático estaria sendo uma ferramenta da “ideologia de gênero”.

Em diversas oportunidades, tentei articular o currículo escolar com uma abertura para que eles manifestassem discursivamente suas posições de mundo. Entendendo que o sistema escolar não é apenas lugar de aprendizagem de teorias das ciências em matérias como matemática, geografia e português, mas também um lugar de construção e reforço de ideologias e valores, funcionando como um aparelho de controle ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1998), era possível que houvesse algum tipo de manipulação ideológica explícita dentro da escola? A partir dessa colocação, passo então a analisar de forma mais adequadamente científica, através de estudos da Língua e do Discurso, alguns dos discursos institucionalizados aos quais aqueles jovens estão expostos acerca dos papéis sociais de gêneros.

Inicialmente, o objeto de análise foi o edital utilizado para a seleção das obras didáticas a serem distribuídas para as escolas públicas no Plano Nacional do Livro Didático, que determina:

As atividades de compreensão e interpretação do texto têm como objetivo final a formação do leitor (inclusive a do leitor literário) e o desenvolvimento da proficiência em leitura. Portanto, só podem constituir-se como tais na medida em que:

42. encararem a leitura como uma situação de interlocução leitor/autor/texto socialmente contextualizada; (BRASIL,2015, P.54)

A respeito dos gêneros textuais, o edital considera que é imprescindível que a obra traga textos usados em situações reais de uso da língua, para cumprir com os propósitos de ensino que prezam pela vida em sociedade e não apenas os aspectos gramaticais da Língua Portuguesa. Tal perspectiva pode significar, aos leitores esperançosos, que a obra trará situações de comunicação reais, com sujeitos reais e, portanto, trazendo uma representação real da sociedade. O texto do documento continua, nos próximos itens, exigindo que é essencial as obras didáticas

43. respeitarem as convenções e os modos de ler próprios dos diferentes gêneros, tanto literários quanto não literários;

44. desenvolverem estratégias e capacidades de leitura, tanto as relacionadas aos gêneros propostos, quanto as inerentes ao nível de proficiência que se pretende levar o estudante a atingir. (BRASIL,2015, P.54)

Quanto ao “nível de proficiência que se pretende levar o estudante a atingir”, o documento não traz maiores especificidades. Entretanto, compondo os princípios gerais sobre o conteúdo das obras, o mesmo documento traz:

O acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade é um dos direitos fundamentais do cidadão. A educação escolar, como instrumento de formação integral dos estudantes, constitui requisito

fundamental para a concretização desse direito. Para tanto, a educação deve organizar-se de acordo com a legislação em vigor, de forma a respeitar o princípio de liberdade e os ideais de solidariedade humana, visando assim, ao pleno desenvolvimento do educando, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2015, p.39)

A proficiência mencionada pode se referir estritamente à capacidade de leitura e escrita, mas, sem dúvida, o documento contempla aspectos da composição da subjetividade do cidadão, inclusive inferindo valores de grande valia para as questões de preconceito e discriminação racial e de gênero, ao mencionar tolerância, respeito e igualdade, no que continua:

(...) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n.º 9.394, de 1996), ao mesmo tempo em que ratifica esses preceitos, os complementa, determinando que o desenvolvimento do ensino observe, ainda, os princípios de respeito à liberdade e apreço à tolerância, valorização da experiência extraescolar e vinculação entre a educação escolar e as práticas sociais. (...). Nos termos da Lei, essa formação envolve:

1. o desenvolvimento da capacidade de aprender, por meio do pleno domínio tanto da leitura e da escrita quanto do cálculo;
2. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
3. a aquisição de conhecimentos e habilidades, assim como a formação de atitudes e valores essenciais ao adequado convívio social;
4. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e da tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2015, p.39).

A menção da “vinculação entre a educação escolar e as práticas sociais” ratifica a ideia de que veremos nas obras a representação da realidade, que poderia incorporar inclusive os grupos minoritários e seus debates em busca de igualdade. Mais adiante, se estabelecem pontos essenciais especificamente na disciplina de Língua Portuguesa:

### III. Critérios relativos à produção de textos escritos.

As propostas de produção escrita devem visar à formação do produtor de texto e, portanto, ao desenvolvimento da proficiência em escrita. Nesse sentido, não podem deixar de:

45. considerar a escrita como uma prática socialmente situada, propondo ao estudante, portanto, condições plausíveis de produção do texto;
46. abordar a escrita como processo, de forma a ensinar explicitamente os procedimentos envolvidos no planejamento, na produção e na revisão e reescrita dos textos;
47. explorar a produção de gêneros ao mesmo tempo diversos e pertinentes para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo nível de ensino visado;

48. desenvolver as estratégias de produção escrita relacionadas tanto ao gênero proposto quanto ao grau de proficiência que se pretende levar o estudante a atingir. (BRASIL,2015, P.54)

Percebe-se, então, uma preocupação em contextualizar o ensino de Língua Portuguesa para capacitar e potencializar as habilidades do estudante em situações de comunicação real e entendimento e interpretação dos textos em circulação na sociedade. No que diz respeito aos discursos veiculados no material a respeito dos gêneros sexuais, o documento oficial estabelece:

Como parte integrante de suas propostas pedagógicas, as obras didáticas devem contribuir efetivamente para a construção de conceitos, posturas frente ao mundo e à realidade, favorecendo, em todos os sentidos, a compreensão de processos sociais, científicos, culturais e ambientais. Nessa perspectiva, elas devem representar a sociedade na qual se inserem, procurando:

1. promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade e protagonismo social;
2. abordar a temática de gênero, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homo e transfobia;
3. proporcionar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de superação de toda forma de violência, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher; (BRASIL, 2015, p. 40)

Traz, ainda, como critério de exclusão:

2.1.2. Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.

Serão excluídas do PNLD 2017 as obras que:

1. veicularem estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, religiosa, condição de deficiência, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos; (BRASIL, 2015, p. 42)

Aparentemente, o compromisso do poder público em relação ao discurso veiculado nos livros didáticos existe de fato, embora não ultrapasse os limites de apenas estabelecer uma representatividade social que não incite o preconceito e a discriminação. Não foi encontrado no documento de seleção das obras nenhum item que determinasse algum tipo de influência sobre o comportamento sexual dos jovens, no tocante à identidade de gênero ou orientação sexual.

A preocupação da onda conservadora em restringir o alcance do tratamento da sexualidade na escola ignora que a

presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir".(LOURO, 1997, P.81)

Ao entender a inerência ao sistema de ensino o tratamento, explícito ou implícito de aspectos relativos à sexualidade e ao gênero, sendo o livro didático uma ferramenta no processo de ensino e aprendizagem que serve ao aparelho ideológico do Estado, estabelece-se que o teor de seu conteúdo não reproduza valores que sirvam ao preconceito e à discriminação, em busca de uma formação de subjetividades que sirvam aos “princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano”. (BRASIL, 2015, p.42).

Uma vez feitas as considerações sobre o processo que regulamenta a submissão das obras para a apreciação e posterior distribuição para as escolas, passemos então, à obra utilizada no triênio 2017-2019, aprovada no supracitado edital e em uso na rede pública municipal de educação de Dourados-MS.

### **3.1 AD E O LIVRO DIDÁTICO**

A partir das colocações políticas acerca do material didático e da conduta dos profissionais da educação pública e mobilizando agora os conceitos já expostos sobre a AD e dos estudos de gênero, partimos para a estruturação da análise dos textos, retirados do livro didático de Língua Portuguesa, aqui catalogados, em busca de marcas discursivas que possam evidenciar alguma dessas tendências sexistas, seja ela conservadora ou liberal. A Língua, como instrumento de mediação entre o indivíduo e a sociedade, é o que forma o que ele pensa e também o que dá forma ao que ele expressa. A escolha da materialidade específica analisada aqui é a da linguagem manifestada através de textos escritos oferecidos aos estudantes da rede pública e que traz em si, necessariamente, a carga ideológica não só da formação dos autores, mas, em alguma medida, de toda a sociedade em que eles estão inseridos.

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao

menos difuso; senão uma distribuição e apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 2014, p.42).

A materialidade linguística – o texto, atravessada pelas condições de produção circunstanciais da enunciação em sentido estrito e incluindo o contexto sócio histórico e ideológico em sentido amplo, é “lugar de relação com a representação da linguagem” (idem, 2010) e um espaço, definitivamente, de significação, através da discursividade.

Aparece, assim, o projeto de descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. Essa descrição se distingue facilmente da análise da língua. Certamente só podemos estabelecer um sistema linguístico (se não o construímos artificialmente) utilizando um corpo de enunciados ou uma coleção de fatos de discurso, mas trata-se, então, de definir, a partir desse conjunto que tem valor de amostra, regras que permitam construir eventualmente outros enunciados diferentes daqueles. (FOUCAULT, 2007, p. 30)

A AD foi escolhida como linha teórico metodológica para essa pesquisa por ser uma área de estudos sobre a linguagem em uma perspectiva mais ampla do que apenas uma análise de um texto, “nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos aos menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem.” (ORLANDI, 2010, p.9), com uma análise linguística mais complexa, atravessada pelas Ciências Sociais e pela Psicanálise. O sistema escolar, estudado por todos os três campos supracitados, é lugar de estudo da língua e também construção e reforço de ideologias e valores, onde são estabelecidos conceitos acerca do certo ou errado, o que entendemos como verdade ou não, funcionando como um dos aparelhos de controle ideológico do estado (ALTHUSSER, 1998).

Em cumprimento aos planos de aula que visam à prática de gêneros textuais, seguiu as produções orientadas pelo livro como prática de escrita. O livro didático analisado apresenta a sessão “Agora é a sua vez”, que aparece por onze vezes ao longo da obra, onde são colocadas propostas para as produções textuais dos alunos.

Em apenas algumas das ocorrências da dita seção, exemplos do mesmo gênero textual ou variadas informações sobre um mesmo tema vêm como suporte para compor o repertório do aluno, proporcionando as condições para a produção textual que se pede em seguida. Em outras, são apenas expostas orientações práticas para a produção e formatação dos textos, sem conteúdo para servir como base.

Alem de exemplificar as estruturas dos gêneros textuais a serem pedidos, esses textos servem de referencial para outras formações também, que não apenas as

linguísticas. A caracterização dos personagens fictícios e a qualidade das informações verídicas fornecidas instituem valores, uma vez partindo de um dispositivo de autoridade como o livro didático, tendem a ser reproduzidos automaticamente pelos estudantes, uma vez que a própria prática escolar já determina que o aceitável é que se sigam os modelos fornecidos.

É essa distribuição que é preciso recompor, com o que admite em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas, com o que supõe de variantes e efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamentos e de revitalizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos. (FOUCAULT, 2015, P. 110)

Assim, em um repetir automático do que deveria ser apenas a forma e a estrutura do gênero textual, propicia-se também a reprodução de estereótipos e conceitos acerca do assunto tratado. Ao verificar a forma de se compor uma narrativa nos exemplos fornecidos, os estudantes receberão também norteador sobre os valores ali veiculados.

O discurso, por princípio, não se fecha, é um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica. (ORLANDI, 2010 p.41)

Esse processo em curso, essa prática discursiva em sua amplitude diz respeito aos textos sim, mas não eles em suas particularidades. A heterogeneidade da constituição do discurso vem dessa dispersão: juntamente com os textos, significam os processos de subjetivação dos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente, os fatores do funcionamento institucional, etc.

Como vimos acima, na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação das formações discursivas é fundamental, por isso, no procedimento de análise, devemos procurar remeter os textos ao discurso e esclarecer as relações destes com as formações discursivas pensando, por sua vez, as relações destas com a ideologia. Este é o percurso que constitui as diferentes etapas da análise, passando-se da superfície linguística ao processo discursivo. (ORLANDI, 2010, p.71).

Conseqüentemente, não se trata de ler os textos e apenas identificar se ali existem papéis específicos explicitamente inscritos, caindo na falácia da confusão ingênua de enunciado com o discurso. Considerar as práticas discursivas é também considerar que o sujeito, ao elaborar um enunciado, mobiliza diversas memórias e formações discursivas de seu processo de subjetivação e é na materialidade linguística que o discurso se manifesta. Trata-se então de

não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas

como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais do que utilizar esses signos para designar as coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2008, p.42).

Nesse sentido, buscou-se no texto uma análise partindo do que está ali, em evidência, no enunciado escrito, entretanto, não limitando-se a essa perspectiva linguística, mas elaborando um processo interpretativo, não do que o autor teve a intenção de dizer, e sim do que foi construído em todo o contexto social para que houvesse aquela manifestação discursiva daquela maneira e não de outra. Todos os conflitos acerca das concepções tradicionais e também as modernas das relações de gênero, toda a formação discursiva sobre o comportamental e o cruzamento com o cotidiano vivido pelo indivíduo resultam em uma manifestação ideológica.

um pressuposto básico da análise enunciativa de Foucault é que a produção de textos, de falas, de coisas pronunciadas ou escritas, em qualquer momento da história, em qualquer lugar, nada tem de tranquilo: supõe sempre “lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões.”(FISCHER, 2013, p.130)

A leitura e análise dos dispositivos textuais e os mecanismos que eles mobilizam estão, necessariamente, sujeitas ao processo de interpretação.

Podemos considerar que esse processo de interpretação aparece em dois momentos da análise:

- a. Em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;
- b. Em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação. (ORLANDI, 2010. p.60-61).

Mais uma vez, é importante ressaltar que a análise tem os textos dos livros como importante ponto de partida, mas o que se analisa de fato é o discurso ali representado, implícita ou explicitamente.

As práticas discursivas observáveis nas escolhas literárias dos autores do livro didático são mobilizadas pelos leitores para compor seu campo ideológico acerca dos papéis sociais possíveis para os gêneros feminino e masculino, revelando uma tendência e uma atitude ética e política em relação ao exposto.

Os exemplos explícitos de práticas sexistas - aquelas que atribuem expectativas de características e comportamentos com base no sexo, como se fosse algo determinado naturalmente – no material didático, encontram fundamento nas práticas discursivas da sociedade atual. Essas construções são atravessadas por diversos discursos, quer para afirmá-lo, quer para contestá-lo. Todos os ajustes, mais do que negar ou proibir algo, existem como afirmação. E, nesse sentido, constituem práticas que vão formando os objetos de que falam – no caso, os conceitos dos papéis femininos e masculinos no âmbito do escolar.

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2010. p.53).

As narrativas apresentam personagens como vilões, heróis ou vítimas e a caracterização desses personagens já nos revela muito das perspectivas que estão sendo apresentadas aos jovens em relação aos papéis sociais do masculino e feminino por aquele dispositivo, embora não deixemos de considerar outros possíveis.

Uma vez atingido o processo discursivo que é o responsável pelo modo como o texto significa, o texto ou textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem conhecemos – são parte. Eles tampouco estão relacionados apenas aos processos discursivos que eram objeto daquela análise em particular e permanecem abertos a novas análises. O que temos, como produto da análise, é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições (ORLANDI, 2010, p.72).

Através dos processos de interpretação inerentes à análise, a tentativa seria mostrar que os discursos relativos aos papéis sociais e às questões relativas ao gênero estão sendo controlados em alguma medida. Mesmo que não veiculando com dizeres visivelmente identificáveis nas escolhas linguísticas enunciados que promovam qualquer forma de discriminação, ao controlar o discurso feminista – um perigo para as práticas conservadoras da sociedade ainda hoje – os procedimentos de exclusão

consistem também em incluir novos enunciados sobre o tema. Todos os ajustes, mais do que negar ou proibir algo, existem como afirmação. E, nesse sentido, constituem práticas que vão formando os objetos de que falam – no caso, os conceitos dos papéis femininos e masculinos no âmbito escolar.

As construções apresentadas estão atravessadas por diversos discursos, entre eles o feminista, quer para afirmá-lo, quer para contestá-lo. Foi possível notar que o discurso recorrente de feminismo na realidade social do país no momento, refletiu, de certa forma e para alguns autores, um esforço para colocar as personagens femininas em papéis mais autônomos e independentes.

Os adjetivos descritivos usados para a caracterização dos personagens também são relevantes, pois o signo em si não basta sozinho, é necessário que se creia nele para que tenha algum sentido. Logo, as escolhas semânticas revelam uma carga ideológica em si mesmas. A regularidade dessas escolhas corroboram o fato de que

para que uma série de signos exista, é preciso - segundo o sistema das causalidades - um "autor" ou uma instância produtora. Mas esse "autor" não é idêntico ao sujeito do enunciado; e a relação de produção que mantém com a formulação não pode ser superposta à relação que une o sujeito enunciante e o que ele enuncia. Não tomemos, pois seria demasiado simples, o caso de um conjunto de signos materialmente moldados ou traçados: sua produção implica um autor; não há, entretanto, nem enunciado nem sujeito do enunciado. Poderíamos lembrar também, para mostrar a dissociação entre o emissor de signos e o sujeito de um enunciado o caso de um texto lido por uma terceira pessoa, ou do ator representando seu papel. Mas esses são casos extremos. (FOUCAULT, 2008, p.104.).

O conjunto de elementos da situação de percepção altera a forma daquilo que se pode ver. A escolha do tema veio da observação do peso do discurso feminista em materiais que o público jovem consome – como músicas de *funk* e *rap*, por exemplo – e o reflexo delas no comportamento das meninas durante discussões em sala de aula que envolviam a questão dos gêneros.

Nesse contexto, é possível observar que algumas práticas discursivas apresentam representações que restringem a mulher a um papel colocado pelo machismo nas relações de poder na sociedade, enquanto outras confirmam/negam o discurso feminista. Por um lado, o feminismo parece ter conscientizado sobre a violência contra a mulher e a rotina de múltiplas jornadas das mulheres na sociedade, por outro, demonstra agora a mulher vítima, oprimida e violentada. Os estudos sobre as representações nos livros didáticos são recorrentes na pesquisa acadêmica brasileira, entretanto, a produção dessas análises não parece atingir o processo de elaboração do material, que mesmo com

editais que preveem a inclusão e abordagens de cidadania em combate ao preconceito, ainda tratam a heterogeneidade constitutiva da sociedade brasileira como se não existisse. Segundo Louro (1997), “a ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados” (p.70). Ignoram-se diversos grupos sociais e favorecem apenas os valores tradicionais, patriarcais, sexistas e excludentes.

Considerada essa abordagem, veremos como o espaço discursivo dos textos reflete um saber que reforça certos estereótipos femininos. Além disso, veremos como expressam significados construídos social e culturalmente, almejando produzir certos tipos de identidades sociais por meio de diferentes formas de representação.

### **3.1.1 Agora é a sua vez**

A primeira aparição da seção no livro didático analisado, na página 16, propõe a produção de uma reportagem sobre o tema “Os jovens de hoje e a tecnologia”. Apesar de alguns textos serem fornecidos ao longo do capítulo em que a proposta está inserida, especificamente no objeto de estudo, que é a seção destinada às orientações específicas para a produção, não há nenhum acréscimo de conteúdo para o texto pedido, apenas sugestões de abordagens e técnicas para o planejamento e execução da reportagem. Não há nenhuma referencia a nenhum gênero, masculino ou feminino, que sirva de análise.

A segunda ocorrência da seção, já na página 52, traz uma caixa de texto com um trecho de um diálogo entre escritores de literatura brasileira, Ana Maria Machado e Moacyr Scliar. O texto, recortado em diversos pontos, a saber pela recorrência de “[...]”, apresenta seis parágrafos de falas da autora enquanto apenas dois do autor. Em se tratando do teor do tratamento da questão levantada, há uma diferença significativa entre as falas aparentes dos autores.

A mulher, interlocutora no caso, recorre à experiências pessoais ligadas à sua família para argumentar. Ao se referir a outros sujeitos especificamente, traz sua filha e dois sobrinhos para exemplificar a experiência que gostaria de relatar. Apesar de mencionar no relato que irá contar sua experiência para exemplificar, Ana Maria Machado na verdade recorre à experiência de outrem, colocando a vivência da filha como algo naturalmente também dela. Ao relatar o trabalho voluntário dos familiares

em questão, desenvolve a história para o momento posterior ao do trabalho voluntário ali narrado apenas em relação a um dos homens mencionados. Seu sobrinho, médico e voluntário pelo exército na Amazônia.

Ora, especificamente a caracterização dos sujeitos mencionados traz para a mulher apenas a boa vontade do trabalho voluntário, sem mencionar nada a respeito de sua carreira durante ou posterior a esse trabalho, sem salientar outra característica que não outra de bondade, generosidade e também humildade, por “todas as sextas-feiras à noite, durante dois anos, ia dar aula sem ganhar nada, ou melhor, sem remuneração.” O uso da oração subordinada ligada à principal pelo termo “ou melhor”, estabelece que a relação da jovem com o voluntariado não era sacrificante, pois, apesar de não ter remuneração, subentende-se que ela colhia algo como fruto do seu trabalho. Temos aí então uma mulher que aparece trabalhando de graça, em uma função do magistério, por alguma razão que não a financeira – que é, usualmente, a que movimenta o trabalho –, transmitindo uma ideia de nobreza e passividade.

Já em relação ao homem, o único dos sobrinhos especificado, sua nobreza também é exaltada, mas em um tom de admiração à sua superioridade moral, mencionando particularmente sua carreira – formou-se médico, profissão muito valorizada no Brasil por diversos fatores, dentre os altos salários do trabalho e a dificuldade de se alcançar a aprovação nos vestibulares e processos seletivos para admissão nas universidades que formarão esses profissionais. Segundo dados estatísticos, o mercado de trabalho na área da medicina ainda é predominantemente masculino, embora a participação feminina esteja em constante crescimento. “A partir de 1970, há um crescimento constante das mulheres no mercado, subindo para 23,47%, em 1980, 30,80% em 1990, 35,82% em 2000, até atingir 39,91% em 2010.” (SCHEFFER et al, 2011, p.21), Sendo assim, a menção da profissão do rapaz não pode ser desconsiderada. Segundo Louro, é nesses espaços de naturalização da linguagem que se enredam os mais diversos preconceitos. Não apenas como forma de expressão, mas no dialogismo de ser constituída e constituir o que manifesta, “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os *institui*; ela não apenas veicula, mas produz e pretende *fixar* diferenças.” (LOURO, 1997, p.65)

Ainda na história do sobrinho, seu voluntariado é acompanhado de elementos que contribuem para a imagem do homem desbravador, corajoso, ao mencionar o exército – instituição predominantemente masculina – e a Amazônia, região inóspita, distante dos grandes centros. Um aposto na narrativa, “não foi nada fácil viabilizar o seu projeto”

sugere que, talvez, outras pessoas tiveram que se mobilizar para que o voluntariado do nobre rapaz pudesse ser executado. De qualquer maneira, demonstra que ele venceu obstáculos para exercer seu humanitarismo, enquanto a moça, que dava aulas na Rocinha, reproduzindo a profissão destinada às mulheres (LOURO, 1997, p.95) se contentava com a recompensa moral por ganhar algo em troca, apesar de não ser remuneração.

Ambos trabalhos voluntários, narrados pela mesma pessoa, em que, nitidamente a construção da imagem do homem corrobora a visão patriarcal dos gêneros.

Figura 1 – Os papéis na solidariedade

## Solidariedade: gesto plural

**Ana Maria** – [...] Eu estava aqui pensando um pouco na expressão da solidariedade, do amor fraternal... Eu gostaria muito de acreditar que as organizações do Terceiro Setor, as ONGs e similares são espaços contemporâneos para esse fim. Não gosto de generalizar, deve haver alguns casos em que isso seja verdade, sempre existiram na história da humanidade, mas penso que na maioria das vezes não é assim.

Acho que há duas vertentes dignas de nota sobre o tema. Uma é o fato de que é considerado politicamente correto fazer parte dessas organizações e todo mundo quer sair bem na foto. Hoje em dia, quando alguém vai a uma entrevista de emprego ou solicita uma bolsa de estudos, sempre é perguntado se a pessoa trabalha como voluntária. Portanto, esse é um dado entendido como positivo no currículo. Essa talvez seja uma resposta cínica, mas acho que acontece sim, e muito. [...]

Por outro lado, na segunda vertente, há uma realidade que me impressiona muito. Conto um pouco de minha experiência para exemplificar. Atualmente, há pouco convívio da família estendida, dos primos, entre outros familiares. No entanto, minha família é muito agarrada, muito grudada. [...]

Houve uma época, por exemplo, em que três deles – uma filha e dois sobrinhos – davam aula num curso pré-vestibular comunitário da Rocinha. Não sei detalhes sobre os horários dos outros, mas minha filha, todas as sextas-feiras à noite, durante dois anos, ia dar aula sem ganhar nada, ou melhor, sem remuneração. [...]

Entre meus outros sobrinhos, há um que fez medicina e, quando se formou, disse que não poderia se considerar médico se não fizesse alguma coisa pelos outros, num lugar que precisasse muito de assistência. Não foi nada fácil viabilizar seu projeto, mas ele acabou indo como voluntário, pelo Exército, para a Amazônia. [...]

[...]

Então, acho que existem, sim, histórias muito bonitas de diferentes formas de solidariedade. Estou dando apenas alguns exemplos próximos, mas acho que, atualmente, isso, de alguma forma, substituiu a militância partidária que caracterizou a geração anterior, dos pais deles. Todos os meus irmãos tiveram algum tipo de engajamento, participaram do movimento estudantil ou coisa parecida. Hoje, não é mais essa a via de atuação social, mas fomos criados desse modo e criamos nossos filhos assim. [...] No caso das novas gerações, os jovens estão trabalhando pelo outro, pela coletividade, enquanto seus pares estão na balada de sexta-feira à noite – enfim, é mais invisível. Acho que isso é uma expressão genuína de algo que podemos chamar de fraternidade.

**Moacyr** – Você tocou num assunto tão importante quanto interessante, que é essa questão das novas formas de vida comunal. A convivência entre as pessoas mudou. Em geral, esses são jovens que não querem uma vida hipócrita, fingida; querem viver de uma maneira diferente, autêntica, altruísta. E existem muitas experiências sociais desse gênero. [...]

[...]

Na minha juventude frequentei um movimento juvenil que seguia muitos dos princípios da vida comunal. Por exemplo, todo o dinheiro que a gente ganhava ia para uma caixa comum, e depois aquilo era repartido fraternalmente. Quando acampávamos, todo mundo comia a mesma coisa, ninguém levava bala ou chocolate só para si.

[...]

(Ana Maria Machado e Moacyr Scliar. *Amor em texto, amor em contexto* — Um diálogo entre escritores. Campinas-SP: Papyrus 7 Mares, 2009. p. 62-66.)



Fonte: Cereja & Magalhães, 2015

Já a contribuição de Moacyr Scliar para a discussão não traz relatos de familiares. Ele também se vale da experiência pessoal, mas uma que de fato é dele, não a

observação do desenvolvimento da vida de outro. Seu altruísmo se manifesta dizendo que frequentou “um movimento juvenil que seguia muitos dos princípios da vida comunal” e, mais uma vez, aparece o homem como desbravador e aventureiro, pela menção da prática da fraternidade durante acampamentos.

### **3.1.2 A construção ficcional – a narrativa e os personagens**

Seguindo o fluxo dos textos, a próxima aparição da seção é na página 75. Após a apresentação das características estruturais do gênero “conto” em sala de aula e de diversas leituras para familiarizá-los com contos literários, seguimos a proposta do livro didático em uso no corrente ano letivo, distribuído pelo MEC, para que os alunos produzissem seu próprio texto.

No caso da produção do gênero conto, o material traz propostas de início para as histórias que deverão ser criadas, apesar de serem restritos a um cenário já elaborado. Cada um deveria escolher um entre os três inícios apresentados, o que preferisse, para dar continuidade livremente. Já na aula de apresentação da primeira proposta trabalhada, com a leitura dos três trechos disponíveis nos livros, os comentários dos alunos já evidenciavam as tendências que eles percebiam em cada alternativa. A primeira história tinha uma personagem feminina, segundo os alunos verbalizaram durante a leitura, envolta em um clima de suspense. Os inícios propostos são recortes de contos brasileiros, como o seguinte:

Figura 2 – Ficção – o conto

**AGORA É A SUA VEZ** ▶ ... os personagens são mais aprofundadas psicologicamente do que nas crônicas. Emprega geralmente uma variedade de acordo com a norma-padrão.  
Professor: Com as conclusões dos grupos, sugerimos montar coletivamente na lousa um quadro com as características básicas do conto.

Apresentamos a seguir o início de três contos de escritores brasileiros. Escolha um deles e dê continuidade à narrativa. Se preferir, escreva um conto com um assunto diferente dos propostos.

O telefonema pegou-a de surpresa. Atendeu com impaciência, os olhos presos a um livro que tinha nas mãos, uma história policial que não conseguia parar de ler. Era bom estar sozinha, lendo um livro de suspense numa noite de ventania. O sábado já estava quase no fim e ela ali, presa àquelas páginas. O som do telefone era uma intromissão, um estorvo. Atendeu a contragosto.

(Heloísa Seixas. *Contos mínimos*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 43.)



Fonte: Cereja & Magalhães, 2015.

A segunda história apresenta dois personagens: um menino, que aparentemente acaba de chegar da escola, e sua mãe, em um diálogo em casa. Esse trecho traz uma situação familiar, cotidiana dos estudantes: um menino chegando em casa após a escola e o breve diálogo com sua mãe que o aguarda:

Figura 3- Ficção – o conto

Esse barulho todo é o Nilo chegando. Jogou os livros e cadernos no sofá e gritou para a mãe que queria comer.

— Como se eu não soubesse — disse ela. — Mas primeiro, ó — apontou para os livros no sofá — e depois, ó: lavar as mãos.

— É para já — ele disse. Pegou os livros, levou-os para o quarto e voltou correndo. E enquanto enxugava as mãos se olhando no espelho da pia, gritou para a cozinha: — Mãe, tenho uma novidade.

(José J. Veiga. *Torvelinho dia e noite*. São Paulo: Difel, 1985. p. 11.)

Fonte: Cereja & Magalhães, 2015.

Já a terceira proposta traz o início de um conflito que não foi compreendido pelos alunos. Para ajudar a contextualizar, contei sobre o uso de “cadernos de perguntas”, uma prática comum em grupos de colegas nas escolas, anos atrás, que consistia em elaborar uma série de perguntas, uma em cada página e depois passar para que todos os amigos daquele grupo respondessem.

A referência do trecho no livro didático traz a data de 1999, quase 20 anos antes do momento e realização da atividade. Nenhum dos estudantes era nascido na data ou conhecia a referência da brincadeira, o que foi definitivo para que quase ninguém optasse por essa proposta. Apesar de entenderem a história, essa já não é mais uma prática comum entre os jovens, que têm outras maneiras de interação atualmente e, provavelmente, isso influenciou para que apenas 2 alunos escolhessem essa proposta.

Para esta análise, não considero o texto da 3ª alternativa, pela irrelevância quantitativa e discursiva. Pretendo observar quais práticas discursivas se mobilizam a partir das escolhas dos textos, considerando que os enunciados ditos nas narrativas revelam uma atitude ética e política perante a vida e a sociedade, analiso as práticas discursivas observáveis nos textos, em relação aos papéis masculino e feminino na sociedade.

A proposta de redação que traz no início um garoto chamado Nilo, já manifesta algo interessante para a análise logo nas primeiras linhas: “Jogou os livros e cadernos no sofá e gritou para a mãe que queria comer”. O próprio livro didático já apresenta um cenário restrito: a pessoa responsável pela refeição do garoto não poderia ser nenhuma outra que não a mãe. É também a mãe que, implicitamente, é responsável pela organização da casa, pois a personagem demonstra a sua autoridade apontando para que o garoto guarde suas coisas antes de lavar as mãos para comer.

Observa-se também a reafirmação do papel de “cozinheira” da mãe pela resposta que a mesma dá: “Como se eu não soubesse” e pelo fato da mesma já se encontrar na cozinha, o ambiente próprio para o preparo e consumo das refeições, atendendo prontamente às expectativas do filho.

A materialidade linguística – o texto, atravessada pelas condições de produção em sentido estrito e amplo, é “lugar de relação com a representação da linguagem” (idem, 2010) e um espaço, definitivamente, de significação, através da discursividade. A proposta de redação que traz no início um garoto, Nilo, e manifesta algo interessante para a análise logo nas primeiras linhas: “(...) gritou para a mãe que queria comer”. O cenário apresentado é restrito: a responsável pela refeição do garoto não poderia ser outra que não a mãe. É também ela, implicitamente, responsável pela organização da casa, demonstrando sua autoridade apontando para que o garoto guarde suas coisas. Observa-se a reafirmação do papel de “cozinheira” da mãe pela resposta que a mesma dá: “Como se eu não soubesse” e pelo fato da mesma já se encontrar na cozinha, o

ambiente próprio para o preparo e consumo das refeições, atendendo prontamente às expectativas do filho. Tal caracterização já traz as formações imaginárias (ORLANDI, 2010) correntes sobre as atribuições da mãe: esperar o filho voltar da escola, cozinhar, organizar a casa, etc. O conteúdo do livro didático, datado em 2015, se encaixa na denúncia de Alves e Pitanguy de mais de três décadas atrás:

O movimento feminista procura, portanto, através de uma nova ação pedagógica, demonstrar como os *livros didáticos* reproduzem a imagem tradicional da mulher e confirmam a diferenciação de papéis tanto no lar quanto na esfera profissional: a mulher costura ou cozinha ou varre, o homem lê o jornal; a mulher é enfermeira ou secretária, o homem, médico ou executivo (ALVES, PITANGUY, 1985, p. 63).

A mulher, que atende ao telefonema, recebe uma caracterização psicológica que sugere a negatividade ao ter sua solidão interrompida com as expressões “atendeu com impaciência” e “O som do telefone era uma intromissão, um estorvo.” Temos então uma mulher que gosta de estar sozinha, “presa àquelas páginas”, em uma noite de sábado, momento em que, tradicionalmente, os jovens partilham atividades de lazer e distração com os amigos, frequentam bares, festas e etc. Entretanto, a imagem construída era de uma mulher que pode ser vista como alguém de difícil sociabilização, pois preferia estar sozinha lendo um livro ao ser interrompida por qualquer tentativa de interação com outra pessoa. O livro, sendo de suspense, aparentemente contraria a tendência sexista patriarcal que colocaria a mulher mais facilmente em uma história romântica. A caracterização da mulher que prefere estar sozinha, que lê um suspense policial, que se irrita com a intromissão de uma outra pessoa, pode caracterizar a mulher de difícil convivência, isolada do meio social, mas também pode indicar uma tentativa de caracterizar uma mulher auto suficiente, que está sozinha por escolha própria e não necessariamente de forma negativa.

As possibilidades apresentadas para essa produção são, então: um garoto cheio de novidades, em um clima de alegria e entusiasmo que induzem uma percepção positiva, uma mulher mãe, sem novidades a contar, apenas passiva a receber seu filho com o almoço pronto e a manter a casa organizada, ou uma mulher sozinha, recolhida em um sábado a noite, lendo um livro de suspense. Nesse contexto, podemos inferir os significados dos papéis sociais do homem e da mulher já descritos anteriormente e mais ainda, o exercício do poder sobre o controle das possibilidades a serem exploradas, não apenas em relação ao roteiro, mas à caracterização possível dos personagens, que

formam o imaginário dos jovens em relação à caracterização real das pessoas em convívio na sociedade.

O gênero conto segue sendo trabalhado na próxima ocorrência da mesma seção, situada na página 96, onde novamente são oferecidos três inícios de contos para que os estudantes escolham um para dar continuidade à história. Mais uma vez, o cenário apresentado e as características das personagens já demonstram uma restrição de escrita não só acerca da estrutura do gênero textual, mas também de espaços ideológicos.

A apresentação da mulher no livro didático corrobora para a aceção do gênero da forma como é representada ali. Não se trata de imaginar que o que está no livro didático é absorvido como verdade absoluta pelo leitor, totalmente passivo ao que lhe é imposto. A consideração é que, além da instituição familiar, como um dos aparelhos ideológicos, a escola constrói, a partir da circulação das práticas discursivas e mecanismos de poder/ saber, as concepções de gênero e sexualidade que refletem de uma parcela selecionada da sociedade. Vemos que as práticas escolares, incluindo aí os textos dos livros didáticos, as práticas, normas, linguagens, procedimentos de interdição e regulação dos discursos em circulação naquele espaço são tentativas de se produzir, essencialmente, sujeitos que obedecem ao sistema binário de gênero, que se constituam como homem ou mulher, heteronormativos e hierarquizados inclusive entre eles, os próprios estudantes.

A primeira proposta (figura 4) desse segundo momento de exercício da leitura e escrita ficcional apresenta uma única personagem, feminina, em uma “hora melancólica”, na chuva, com os sapatos molhados. A parte inicial da narrativa, em um clima pesado de fim de tarde, criando uma atmosfera de emoções negativas para a mulher que, além do momento, ainda tem o inconveniente fato de ter os sapatos, e talvez os pés, molhados. O próprio corpo físico do sujeito apresentado aparece em uma posição negativa em relação ao ambiente e o aspecto climático. Em seguida, a narrativa lhe confere um ar elitista, de quem tem vivências no exterior como referência e não gostaria de estar neste país, “no meio de tempos decadentes”. Vemos então que a possível interpretação de uma mulher desbravadora, que já explorou o desconhecido não vem com ares de aventura, mas sim de tristeza, insatisfação, completando a perspectiva negativa em todos os aspectos apresentados: do psicológico ao físico e incluindo o passado, o histórico do indivíduo.

A segunda proposta (figura 4) traz a história de um pugilista. O cenário também é decadente para o personagem masculino, embora não se restrinja à negatividade: o

atual momento de baixo desempenho na carreira do boxeador tinha sido precedido do estrelato e mais: tinha sido causado por “meses de indolência e até de devassidão”. Seu fracasso, a negatividade do cenário construído nada tem a ver com o humor ou personalidade do personagem, apenas consequência do seu espírito aventureiro. Os aspectos que poderiam depreciar o personagem aparecem justificados, como se lhe fosse dado o direito de ser como é, além de trazer mais riqueza de detalhes ao se tratar da sua história, inclusive caracterizada como comumente se constrói o imaginário a respeito do masculino.

Confiando no sentido atribuído em um dispositivo de autoridade em significação da Língua, segundo o dicionário Houaiss (2009),

**Indolência** s.f. (1699) 1 ausência de dor; 2 estado daquele que se põe acima das paixões; impassibilidade, indiferença, ataraxia. 3 caráter do que revela indiferença, apatia; distanciamento. 4. Falta de disposição física ou moral, morosidade, ócio, preguiça. (p.1075).

**Devassidão** s.f. 1 qualidade, caráter ou procedimento devasso 2 depravação de costumes; libertinagem, licenciosidade. (p.676)

Figura 4

## AGORA É A SUA VEZ ►

1. Escolha um dos inícios de conto a seguir e dê continuidade à história, empregando o tempo cronológico

Quarta-feira, hora melancólica das cinco e meia, quando chove. Choveu úmido e frio na tarde antes sufocante de novembro. Ela caminhava na direção do metrô, os sapatos molhados. Pelo menos o metrô lhe parecia um progresso no meio dos tempos decadentes. Dava-lhe a sensação de estar em outro país. A decadência em torno a assustava.

(Artur da Távola. *Em flagrante*. Rio de Janeiro: Bluhm, 2000. p. 61)

Nos sete primeiros assaltos, Raul foi duramente castigado. Não era de espantar: estava inteiramente fora de forma. Meses de indolência e até de devassidão tinham produzido seus efeitos. O combativo boxeador de outrora, o homem que, para muitos, fora estrela do pugilismo mundial, estava reduzido a um verdadeiro trapo. O público não tinha a menor complacência com ele: sucediam-se as vaias e os palavrões.

(Moacyr Scliar. *A orelha de Van Gogh*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 157)

Fonte: Cereja & Magalhães, 2015

Figura 5

Não é para me gabar, mas eu sempre tive motivos de sobra para me considerar um ídolo das meninas do meu colégio [...]. Sou alto, loiro, forte e supercobra no vôlei e no basquete. Isso me tornava um cara paqueradíssimo, que podia namorar ora uma, ora outra. Fidelidade eu só demonstrava pela motocicleta que ganhara do meu pai (apesar dos protestos da minha mãe). Era uma CB 400 transadíssima, e em volta dela normalmente se formava uma rodinha de garotas à espera de carona, no final das aulas.

(Jesse Navarro e Márcia Melo. In: Gabriel Garcia et alii. *Sete faces do amor*. São Paulo: Moderna, 1992. p. 45.)

2. Escreva um conto empregando a técnica do *flashback*. O assunto pode ser, por exemplo, um acontecimento na escola, um presente-surpresa, uma discussão familiar, um encontro inesperado, uma viagem, uma comemoração em família. Inicie a narração com fatos que se dão no tempo presente. Apresente a(s) personagem(ns), faça referências ao tempo e ao espaço em que acontece a história. Depois introduza na narração fatos do passado, sempre empregando a técnica do *flashback*. Feito isso, retome o tempo presente e encaminhe a narração dos fatos para o desfecho, que pode ser surpreendente, engraçado, trágico, absurdo, etc.

Fonte: Cereja & Magalhães, 2015

O terceiro conto (figura 5) apresenta novamente um personagem masculino, dessa vez, sem caracterização negativa. O tom dos dizeres do narrador personagem o coloca como alguém dotado de características físicas categorizadas pelo próprio como positivas, elencando sua aparência “alto, loiro, forte” juntamente com suas habilidades esportivas – “superobra no vôlei e no basquete” – como atributos gloriosos dos tempos de escola. Tal colocação reforça os padrões de estereótipo de beleza e de valores de culto ao corpo, sem sequer mencionar qualquer característica acerca de qualidades intelectuais, mesmo em se tratando do ambiente escolar. Além disso, o espírito aventureiro aparece novamente pelo uso da motocicleta, presente do outro homem que aparece brevemente na narrativa, o pai.

Sobre o feminino, aparece sobre duas perspectivas: uma específica, a mãe, em um pequeno aposto que sugere cuidado e preocupação sobre seu filho e também passividade em relação ao genitor masculino: “Fidelidade eu só demonstrava pela motocicleta que ganhara do meu pai (apesar dos protestos da minha mãe).” A voz da mãe em protesto contra o presente foi silenciada e a ação do pai, valorizada pela “fidelidade” ao objeto por ele provido. A segunda perspectiva do feminino é genérica e aparece nas seguintes sentenças: “tinha motivos de sobra para me considerar um ídolo das meninas do meu colégio”, “podia namorar ora uma, ora outra” e “a rodinha de garotas à espera de carona”. A presença das mulheres na memória do narrador personagem não parece digna de grandes atenções ou particularidades, se referindo a elas sempre como um

grupo homogêneo de indivíduos dispostos a se subordinar aos seus fortes atributos de “galã”, aventureiro, desejado, desapegado de compromissos.

Dentre as três possibilidades de escolha dos estudantes para a produção desse conto temos dois personagens masculinos com habilidades atléticas e alguma tendência a um grande número de parceiras sexuais – seja vista pelo termo “devassidão” na segunda proposta ou pela expressão “fidelidade eu só demonstrava pela motocicleta” no terceiro início. Na presença de personagens masculinos, a única existência feminina mencionada aparece como objetos de satisfação sexual, existentes apenas a partir da percepção do homem. Não são elencados valores sentimentais nas relações, e nem sequer aos homens, que aparecem como “aquele que se põe acima das paixões” (Houaiss, 2009, p. 1075), enquanto as mulheres estão disponíveis para que ele possa namorar quem quiser, quando quiser.

Já a única possibilidade de protagonismo feminino, carece de complexidade no cenário apresentado, restringido a negatividades ambientais – a chuva, a decadência ao seu redor -, físicas – os sapatos molhados - e psicológicas – a hora melancólica.

As tendências observadas neste livro didático, se afirmam como evidência do sexismo na literatura brasileira, conforme corroborado em pesquisa realizada por Dalcastagne, que constatou a significativa predominância de personagens do sexo masculino “entre as personagens estudadas, 773 (62,1%) são do sexo masculino, contra apenas 471 (37,8%) do sexo feminino [...]. E, em apenas 4 livros do *corpus*, isto é, 1,6% do total, não há nenhuma personagem importante do sexo masculino, ao passo que as personagens do sexo feminino estão ausentes de 41 romances (15,9%)” (DALCASTAGNE, 2005, p.36).

A possibilidade de trabalho literário então, no exercício da produção fictícia dos dois momentos analisados, observa-se uma ação de controle sobre o que pode o autor conceber como possível, ‘conduzindo as condutas’ (FOUCAULT, 1995, p.243.) segundo mecanismos de coerção sobre a formação sobre as identidades ali retratadas.

Um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, toma mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 1995, p.243)

Sendo a literatura um sistema de “representação de linguagens”<sup>6</sup> e o exercício de escrita a prática da habilidade de construção de enredos, tramas e elaborações narrativas como forma de expressão artística da sociedade, as possibilidades apresentadas aos alunos de construção no imaginário acerca do que o homem e a mulher representam em suas práticas cotidianas apenas reforçam estereótipos e valores machistas.

Ainda segundo Dalcastagne, a ocupação predominante das personagens femininas é a de dona de casa, “a ausência da mulher na representação do espaço urbano na narrativa brasileira recente. A personagem que caminha pela cidade é, via de regra, o homem. Às mulheres cabe a esfera doméstica, o mundo que a ficção lhes destina.” (DALCASTAGNE, 2005, p. 43).

### 3.1.3 A argumentação do debate regrado – “O celular na sala de aula: vilão ou evolução pedagógica?”

Nessa proposta, a seção propõe o debate regrado sobre o uso do celular em sala de aula. Declara ainda que “Para ampliar as informações que você tem sobre o assunto, leia o painel de textos a seguir:”

Figura 6 - Debate regrado 1 - celular na sala de aula

## Depoimento: Não dá pra não ter celular

MARION STRECKER, COLUNISTA DA FOLHA

Claro que dá pra não ter. Mas não ter é só para radicais, libertários, desprendidos ou os que têm uma vida regrada junto a telefones fixos.

A maioria acha que não dá pra não ter um celular. Eu também, embora saiba que dá. Virou dependência. Nós achamos que precisamos e os outros também esperam isso de nós. “Como? Você não tem celular?”, perguntam, como se a pessoa fosse um ET.

[...]

O mito é ter o mundo nas mãos. A realidade é se tornar um escravo do aparelho.

[...]

Minha filha de 14 anos é mais viciada do que eu. Brinco que a geração dela ficará com patolas enormes no lugar dos dedos, de tanto digitar. Ela também dorme e acorda com ele (o álubi é o despertador). Leva o fulano para a escola, o banheiro, a praia, a neve, onde for. Só não surfou com ele, ainda.

[...]

(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2012/10/1177132-depoimento-nao-da-pra-nao-ter-celular.shtml>. Acesso em: 29/5/2014.)



Fonte: Cereja & Magalhães, 2015

<sup>6</sup> Nos termos Bakhtin (1988b)

O primeiro texto (figura 6) se trata de um depoimento do autor, homem, colunista de um jornal, sobre sua perspectiva do uso do celular. Não há menção alguma sobre gênero, até o momento em que apresenta a situação da filha, uma jovem de 14 anos “mais viciada do que eu” no aparelho celular. Há, nitidamente uma ridicularização da geração da jovem, quanto ao comportamento em relação ao uso do dispositivo, quando diz que “ficará com patolas enormes no lugar dos dedões, de tanto digitar”. Apesar da generalização, quando se particulariza o exemplo do absurdo de se viver o tempo todo carregando um celular, trata-se apenas da menina. Comparar o vício da garota ao seu próprio, demonstra que o autor também faz uso do aparelho, embora se coloque em uma posição de superioridade por *saber* que é possível viver sem a tecnologia do celular.

Em seguida, o segundo texto apresentado (figura 7), trata mais especificamente da situação no ambiente escolar. A matéria, escrita por duas mulheres, sobre um ambiente de fala predominantemente feminino que é o magistério<sup>7</sup>, ainda precisa, como autoridade discursiva, de dois homens que tragam dados suficientemente válidos para o desenvolvimento do raciocínio apresentado.

Além da escolha questionável das autoras da reportagem, visto que as mulheres são maioria no magistério no Brasil, é necessário perceber que, aparentemente, o critério de seleção dos textos que compõe a seção, mesmo que inconsciente, mesmo que naturalizado, mesmo que não proposital, é sexista. Vemos que

“a escola é feminina, porque é, primordialmente, um lugar de atuação de mulheres — elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas”(LOURO, 1997, P. 88)

no entanto a autoridade do discurso científico ainda pertence aos homens.

Essa problematização, esse olhar refinado para os jogos de poder inscritos no discurso, parte do não conformismo com o tratamento desigual que é dado aos gêneros, pois “(...) a seleção dos conhecimentos é reveladora das divisões sociais e da legitimação de alguns grupos em detrimento de outros.” (LOURO, 1997, p.85).

---

<sup>7</sup> Conforme já citado na página 52 do presente trabalho, mencionando LOURO, 1997, p.95.

Figura 7 - debate regrado 1 - celular na sala de aula

## Ex-vilão, especialistas apostam no celular para melhorar educação

Andréia Martins e Carolina Cunha

Nenhum professor gosta de ver seus alunos distraídos durante a aula, atraídos por mensagens, vídeos e redes sociais no celular. No entanto, a imagem do celular como um vilão da educação está ficando para trás. Especialistas em ensino a distância já consideram o celular um aliado da educação por sua facilidade de acesso.

[...]

"Precisamos começar a integrá-los no cotidiano escolar. Enquanto instrumento de informação e comunicação, o celular tem o potencial inquestionável de viabilizar o acesso a dados e colocar pessoas em contato", diz Antonio Carlos Xavier, professor da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) do Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologias Educacionais.

Para Gil Giardelli, especialista em inovação digital e professor da ESPM, o celular é hoje objeto inseparável do educador. "Se o educador se posicionar como um curador de conteúdos e enviar materiais que despertam o interesse do aluno no trânsito, nas filas e em seus momentos de micro-tédios, ele consumirá e compartilhará o conteúdo do professor e entraremos na era do fim da aula cronometrada e do espaço concreto, onde alunos aprenderão no seu tempo e espaço."

Exemplos de como os professores podem usar o celular nas aulas não faltam. Desde lembretes de tarefas, sugestões de leituras e de programação cultural, exercícios preparatórios, entre outras dicas que podem ser enviadas por torpedo, como para pesquisas rápidas na internet, consulta a dicionários e a gravação de entrevistas em áudio ou em vídeo feitas pelos alunos com posterior debate das respostas.

[...]

No Brasil, o uso do celular ou smartphones como recursos pedagógicos é bastante novo. Além dos exemplos citados [...], Xavier destaca o bom uso que escolas de idiomas vêm fazendo da ferramenta. [...]

Da UFPE, Xavier cita dois trabalhos [...]. Em um deles o aluno interagia com um avatar em um aplicativo que simulava situações de viagens para o exterior, e no outro, feito com aprendizes de inglês de uma escola pública do ensino médio, os alunos recebiam tarefas por torpedo, gravavam textos em inglês para testar a pronúncia e realizavam buscas em dicionários "baixados" em aparelhos celulares.

"Os resultados de ambas as investigações apontaram para um significativo aumento do interesse dos estudantes pela aprendizagem da língua inglesa, quando havia atividades para serem realizadas no e com o celular. Perceberam uma nítida ampliação de vocabulário e melhoria na pronúncia entre os estudantes que participaram das pesquisas", diz o professor.

[...]

(Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/10/30/ex-vilao-especialistas-apostam-no-celular-para-melhorar-acesso-a-educacao.htm>. Acesso em: 29/5/2014.)



### 3.1.4 Articulando opiniões – o debate regrado

Como já vimos, nas estruturas narrativas ocorrem as articulações dos elementos, em que os sujeitos se relacionam com uma infinita variedade de objetos e os valores atribuídos a eles, intencionalmente ou não, explicitamente identificáveis ou não. Na segunda sessão dedicada ao gênero “debate regrado”, o tema apresentado para discussão – gravidez na adolescência - foi abordado por cinco textos de diferentes fontes. Apesar do aparente grande volume de informações para o padrão costumeiro da seção em questão, afinal são duas páginas e meia de textos informativos, uma breve análise sobre os dados levantados evidencia nitidamente um trato desigual para os meninos e as meninas.

O primeiro texto, um infográfico com informações estatísticas variadas, julga relevante informar a quantidade de parceiros sexuais das jovens grávidas ao longo da vida até a gravidez, se elas usavam ou não algum método anticoncepcional, se estudavam, trabalhavam, qual a renda média, com que idade perderam a virgindade, quanto tempo duraram seus relacionamentos, se eram fiéis, entre outras coisas. Entretanto, os dados estatísticos a respeito dos garotos que engravidaram essas adolescentes se resumem apenas a sua idade média. A página seguinte traz dois textos, uma reportagem com mais dados estatísticos a respeito e um relato pessoal retirado de um fórum online sobre gravidez e maternidade. Sobre os dados, todos se referem aos jovens de maneira geral ou exclusivamente às meninas, incluindo evidências de um juízo de valor, como no trecho “Ao engravidar, (...) essas adolescentes têm seus projetos de vida alterados” que considera que apenas a vida da mulher se altera com a gestação de um filho, eximindo o homem de qualquer responsabilidade a respeito. Como estratégia para a prevenção desse fenômeno, o texto traz que “(...) é preciso: Investir em políticas, programas e ações que promovam os direitos, a autonomia e o empoderamento de adolescentes e jovens, em especial meninas (...)”. Mais uma vez, reduzindo o papel de responsabilidade masculina sobre sua capacidade reprodutiva, inclusive perante ao poder público, sugerindo que não é necessário sequer ações preventivas destinadas aos homens.

O segundo texto é o depoimento de uma mãe adolescente se posicionando positivamente perante a sua condição de jovem grávida, dizendo que é feliz ao lado do marido, embora reconheça o peso das dificuldades e do julgamento das pessoas ao redor. Novamente, a voz sobre a gravidez parte apenas da perspectiva feminina, não

apresentando aos estudantes nenhum ponto de vista que não esse, como se a situação colocada não fosse algo que permeasse o universo masculino, algo totalmente pautado pelo patriarcado, que atribui a responsabilidade e o cuidado com os filhos como “tarefa” feminina. Na página seguinte, seguem mais dois textos sobre a temática, um abordando a responsabilidade sobre o sexo – sem adicionar nada no tocante ao papel masculino, e outro sobre um reality show americano que exhibe a rotina de meninas de 16 anos grávidas.

A proposta da seção, de fornecer informações suficientes para que os jovens possam debater e sustentar argumentos sobre alguma polêmica, em realidade não parece mostrar vários espectros da mesma situação. A gravidez na adolescência é tratada unilateralmente, desconsiderando a perspectiva óbvia de que não é, até o momento presente de evolução na genética humana, possível engravidar sem a participação, ao menos biológica, do sexo oposto. O tema não aborda a tangente de que toda maternidade presume também uma paternidade, toda garota grávida inclui, necessariamente um ser humano do sexo masculino que a engravidou. Não se atribui responsabilidade sobre a prevenção, tão pouco reflexão sobre as consequências.

A Formação Discursiva a qual estão expostos os estudantes proporciona restrições ideológicas à medida que apresenta apenas uma possibilidade de argumentação para aquela produção. Evidentemente, o sujeito tem em si o poder de ruptura com os discursos correntes que o atravessam, é menos provável a negação de um papel quando essa opção não lhes é oferecida. A partir daí, convém mencionar o conceito de subjetividade de Foucault. Para ele, “afirmar que o sujeito é um efeito das relações de poder e das relações de saber não significa que ele está submetido a uma força incontornável que predispõe os acontecimentos” (FOUCAULT *apud* MAGALHÃES, 2008, p.13). Embora um sujeito seja resultado de todos os discursos que o atravessaram, ele em si tem a liberdade para uma vastidão infinita de condutas perante determinado discurso mesmo que suas práticas discursivas tragam consigo um contexto no qual foram passíveis de surgir. Entende-se então, nessa mescla, o processo de subjetivação que

referem-se ao modo como o próprio homem se compreende como sujeito legítimo de determinado tipo de conhecimento, ou melhor, como o sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto. [...] Poder-se-ia pensar que falar em sujeitos livres seria uma contradição em termos, já que sujeito é aquele que está sendo sujeitado, contudo, para Foucault, mesmo sendo sujeitados os indivíduos possuem um campo de possibilidade para várias condutas e diversos

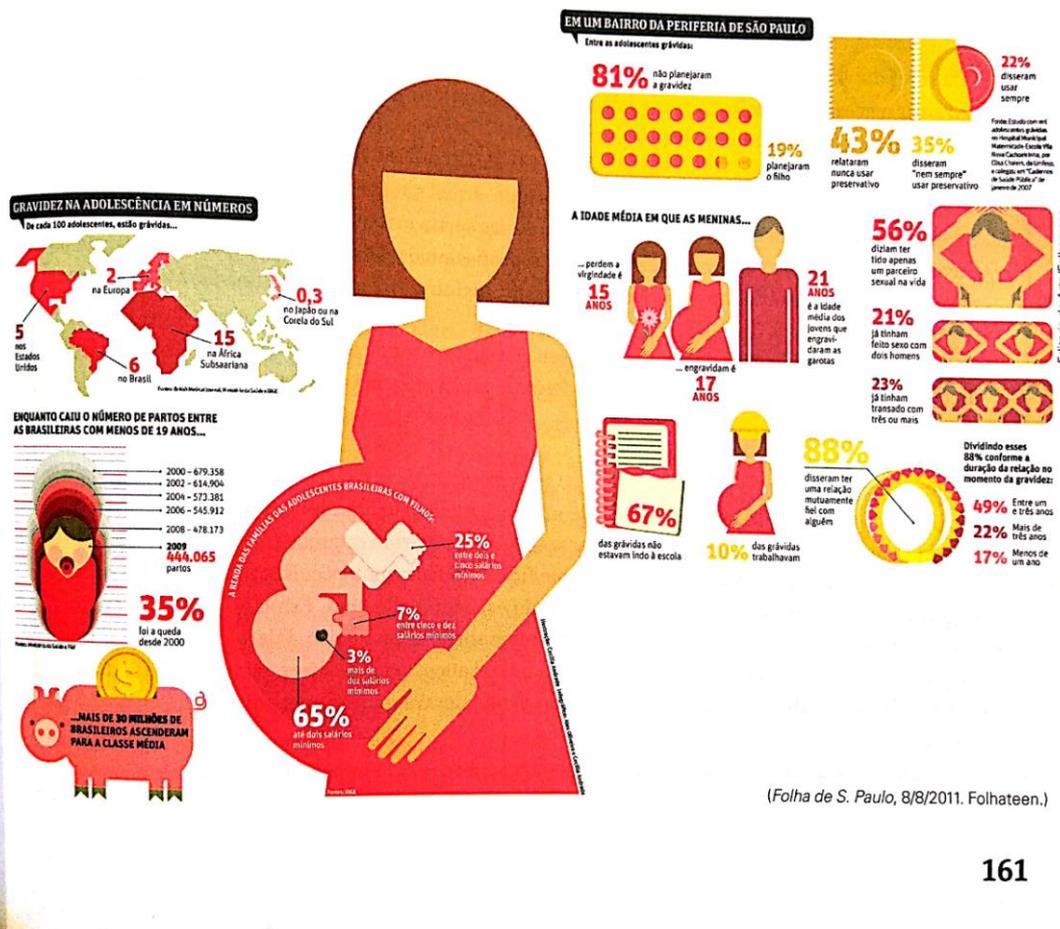
comportamentos. Desse modo, o sujeito é livre, pois “se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade em todo lugar (MAGALHÃES, 2008, p.13).

Devemos então compreender a relação entre o poder do discurso e a liberdade de aceitá-lo ou não, não em termos de exclusão mútua: como se fosse possível apenas aceitá-lo ou rejeitá-lo. O processo de subjetivação aceita que a constituição do sujeito se dá mediante a tensão entre essas duas posições. De fato, tampouco há neutralidade qualquer em um sujeito. Ao mesmo passo em que há liberdade para ação, ao falar, o sujeito ocupa um lugar ideologicamente marcado no qual estão inscritas relações de poder. No discurso de um sujeito, estão marcadas vozes sociais, representações simbólicas que estabelecem tanto individualidades quanto identidades coletivas. Para a AD, é importante reconhecer que todos os elementos constituintes de um discurso derivam de uma organização social, possibilitando o estabelecimento de interações sociais com diferentes sujeitos. Sempre haverá a construção de um cenário possível para um discurso, partindo de outros pré-existentes.

Figura 8

# AGORA É A sua vez ▶

Ainda hoje é significativo o número de adolescentes grávidas em nosso país. Leia o painel de textos que segue, consulte outras fontes de informação a fim de se informar melhor sobre o tema e depois participe de um debate regrado com os colegas.



(Folha de S. Paulo, 8/8/2011. Folhateen.)

Fonte: Cereja & Magalhães, 2015

Figura 9 - Reportagem para debate regrado

## Gravidez na adolescência no Brasil

A juventude é uma fase de escolhas que podem ter influência determinante no presente e no futuro de cada pessoa, seja levando ao pleno desenvolvimento pessoal, social e econômico, seja criando obstáculos à realização destas metas. [...] De acordo com dados oficiais:

- 26,8% da população sexualmente ativa (15-64 anos) iniciou sua vida sexual antes dos 15 anos no Brasil;
- Cerca de 19,3% das crianças nascidas vivas em 2010 no Brasil são filhos e filhas de mulheres de 19 anos ou menos;
- Em 2009, 2,8% das adolescentes de 12 a 17 anos possuíam 1 filho ou mais;
- Em 2010, 12% das adolescentes de 15 a 19 anos possuíam pelo menos um filho (em 2000, o índice para essa faixa etária era de 15%).

A taxa de natalidade de adolescentes no Brasil pode ser considerada alta, dadas as características do contexto de desenvolvimento brasileiro, sendo observado um viés de renda, raça/cor e escolaridade significativo na prevalência desse tipo de gravidez (adolescentes pobres, negras ou indígenas e com menor escolaridade tendem a engravidar mais que outras adolescentes).

[...] Ao engravidar, voluntária ou involuntariamente, essas adolescentes têm seus projetos de vida alterados, o que pode contribuir para o abandono escolar e a perpetuação dos ciclos de pobreza, desigualdade e exclusão.

Para romper esse ciclo e assegurar que adolescentes e jovens alcancem seu pleno potencial, é preciso:

- Investir em políticas, programas e ações que promovam os direitos, a autonomia e o empoderamento de adolescentes e jovens, em especial meninas, em relação ao exercício de sua sexualidade e de sua vida reprodutiva, para que possam tomar decisões voluntárias, sem coerção e sem discriminação;
- Garantir o acesso de adolescentes e jovens à informação correta e em linguagem adequada sobre os seus direitos, incluindo o direito à saúde sexual e reprodutiva, bem como o acesso à educação integral em sexualidade;
- Assegurar o acesso às ações e aos insumos de saúde sexual e reprodutiva, tais como preservativos e contraceptivos, para que gravidezes não planejadas sejam evitadas;
- Envolver as famílias, comunidades, serviços e profissionais de saúde na resposta adequada às necessidades e demandas de adolescentes e jovens, incluindo aquelas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva;
- Garantir a participação de adolescentes e jovens nos processos de tomada de decisões, como condição fundamental para os avanços democráticos e para a realização de seus direitos.

(Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/Gravidez%20Adolescente%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 2/6/2014.)

Oii gente, bom, vendo muitos tópicos de meninas que engravidaram cedo, resolvi aqui criar este. [...] Estou com 21 semanas, ou seja, 5 meses, eu e meu marido estamos superfelizes com nosso bebê vindo aí. Tenho 14 anos [...]. Depois que fiquei grávida, muitas coisas mudaram pra mim, mas graças a Deus e ao apoio de toda a família tudo está correndo bem. Estou no primeiro ano, e claro que na primeira semana de aula muitos me olharam de cima a baixo, falaram coisas de mim, e me julgaram. Até uma menina que eu conhecia fazia 9 anos, veio me dizer que estava com dó do meu bebê, fiquei muito chateada com ela, pois eu a considerava muito amiga minha.

[...]

(Disponível em: <http://brasil.babycenter.com/thread/198501/contando-um-pouco-da-minha-gravidez-aos-14-anos>. Acesso em: 2/6/2014.)

Figura 10 - Textos para debate regrado

## Ninguém comenta a gravidez na adolescência

De modo geral, não temos nos preocupado muito com a gravidez indesejada entre adolescentes.

De quando em quando, vemos campanhas que alertam sobre a necessidade dos cuidados para evitar a gestação nessa etapa da vida, mas nada realmente consistente ocorre a esse respeito. [...]

Nós estamos diante de um fato bem recente: a adolescência antecede a puberdade. Dessa forma, quando o corpo faz a passagem do infantil para o adulto, as experiências de uma vida adulta já são diversas.

Entretanto, essas experiências não são suficientes para precipitar a maturidade.

Por isso, os jovens praticam o sexo adulto de forma infantil: sem compromisso com os resultados que podem advir de seus atos. Não se previnem da gravidez, tampouco das doenças sexualmente transmissíveis. E fica bem claro o motivo: porque eles ainda não desenvolveram o que chamamos de autocuidado. Esse conceito significa a atenção que se exerce sobre si mesmo e que, para ser praticado, exige maturidade.

Pois bem: quando a gravidez acontece, a jovem, em especial, se sente perdida. O que acontecerá com a vida dela estando grávida? Já que são imaturas, a maior preocupação das garotas costuma ser a reação dos pais. [...]

As famílias podem ajudar a evitar que a situação com os filhos atinja esse ponto. Proteger a infância dos filhos é uma medida que costuma ser benéfica [...]. Além disso, manter o interesse verdadeiro pela vida do filho e manter com ele conversas significativas – conversas, e não sermões – são atitudes que podem ajudar muito.

(Rosely Sayão. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/roselysayao/1116263-ninguem-comenta-a-gravidez-na-adolescencia.shtml>. Acesso em: 2/6/2014.)



## Reality show ajuda a diminuir taxa de natalidade entre adolescentes nos EUA

**GUILHERME CELESTINO**

DE SÃO PAULO 07/04/2014 02h08

Programas de reality show na maioria das vezes são sinônimos de má qualidade e pessoas em situações vergonhosas, mas, nos EUA, um reality show da MTV está apresentando resultados nobres: ajudar a diminuir a taxa de natalidade entre adolescentes.

Desde o início do reality show, em 2009, "16 and Pregnant" (Grávida aos 16), que acompanha adolescentes do sexto mês de gravidez até três meses após a gestação, ajudou a diminuir a taxa de natalidade entre adolescentes segundo estudos da organização privada National Bureau of Economic Research (Escritório Nacional de Pesquisa Econômica).

A taxa, que diminuiu em média 2,5% ao ano entre 1991 e 2008, passou a diminuir em média 7,5% ao ano entre 2009 e 2012. [...]

Quando foi ao ar, o show causou muita controvérsia, pois parte da opinião pública acreditava que ele poderia glamorizar a gravidez na juventude.

Ao contrário, diz o pesquisador, o show descreve a jovem grávida com relacionamentos instáveis e dificuldades familiares. "A mensagem passada pelo show é a de uma narrativa que outras adolescentes não querem imitar", disse.

(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2014/04/1436700-reality-show-ajuda-a-diminuir-taxa-de-natalidade-entre-adolescentes-nos-eua.shtml>. Acesso em 2/6/2014.)

### 3.1.5 Texto dissertativo-argumentativo – Brasil: um país sem preconceito?

Para a argumentação dissertativa sobre o preconceito no Brasil, a única abordagem de preconceito considerada é a racial. Embora o tema proposto permitisse a abrangência de diversas vertentes de discriminação, não se mencionam outras formas de preconceito, como de classe, gênero, orientação sexual ou religião.

Os dois primeiros textos (figura 11) trazem abordagens do mesmo caso: a manifestação racista da torcida para com o jogador de futebol Daniel Alves, que recebeu uma banana atirada da arquibancada mas não deixou-se abalar, comendo a fruta como forma de protesto. O segundo texto traz diversas estatísticas a respeito do preconceito racial fora do âmbito esportivo, como estatísticas de homicídios e suspeição policial, mas não cita nenhum dado sobre a taxa de homicídio de mulheres negras, que cresceu 29,9% de 2007 a 2017, segundo Atlas da Violência 2019<sup>8</sup>. Também não menciona nenhum dado sobre o futebol feminino ou o preconceito de gênero, por exemplo. O silenciamento de dados importantes do protagonismo feminino também em questões sociais, conduz um posicionamento discursivo que valoriza e se indigna com o sofrimento masculino, enquanto nem sequer possibilita a visibilidade das questões femininas no mesmo âmbito. Da mesma forma, vale ressaltar a posição privilegiada dos homens que aparecem nas reportagens: o preconceito sofrido por eles não parece abalar significativamente nenhum aspecto prático de suas vidas.

Em seguida, o terceiro texto (figura 12), traz o depoimento de uma menina negra, de 15 anos, que relata ter sido vítima de preconceito em um nível mais profundo, por mencionar a influência do racismo na constituição do sujeito: “Sei como isso afeta psicologicamente as pessoas, fazendo com que elas se sintam inferiores a outras pessoas” (CEREJA E MAGALHÃES, 2015, p.213). O texto escolhido para representar um depoimento de uma pessoa comum é o de uma garota – uma não celebridade, não jogadora de futebol – estudante e já ativista “participando de discussões e buscando ações de melhorias para qualidade de vida de nossas crianças e adolescentes” (idem) que não ocupa nenhuma posição de prestígio na sociedade. Embora seu discurso pareça mais profundo pela abordagem crítica que envolve a identidade do sujeito do povo

---

<sup>8</sup> Documento elaborado e divulgado pelo IPEA e Fórum Brasileiro de segurança. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2019/> acesso em 4 jul 2019.

negro vítima de racismo, sua voz não é dotada de nenhuma autoridade justificada por profissão ou classe social.

O quarto texto (figura 13) traz também um depoimento de uma pessoa vítima de preconceito, embora essa seja a respeito de uma condição genética, o albinismo, não de raça. Podemos inferir que a escolha dos autores do livro didático na seleção dos textos que iriam compor o repertório para a dissertação dos alunos tende a equiparar a condição de alteração genética com a questão racial. Ainda assim, aparecendo como mais um homem vítima, seu discurso é de superação e dito de um lugar de prestígio social: “Com o incentivo de professores, fiz mestrado e doutorado em dramaturgia americana na USP – e virei professor”.

[...] tão ou mais importante do que *escutar* o que é *dito* sobre os sujeitos, parece ser perceber o *não-dito*, aquilo que é silenciado — os sujeitos que *não são*, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. (LOURO, 1997, p.67)

Evidencia-se nessas escolhas que, como nas outras, mesmo implicitamente, a mulher aparece como em uma posição inferior em relação aos homens que compõem o cenário acerca de um mesmo assunto.

Figura 11

## AGORA É A SUA VEZ ►

Você acha que, no Brasil, existe preconceito racial? Se sim, acha que ele é assumido ou enrustido? Leia, a seguir, o painel de textos sobre o assunto para colher informações. Depois escreva um texto dissertativo-argumentativo a partir do seguinte tema: **Brasil: um país sem preconceito?**

Daniel Alves participou de dois gols do Barcelona na vitória sobre o Villarreal por 3 a 2 neste domingo. No entanto, o que mais chamou a atenção na atuação do brasileiro foi a maneira com que o lateral-direito lidou com uma manifestação racista. Aos 35 minutos do segundo tempo, torcedores jogaram uma banana dentro de campo quando o jogador ia cobrar um escanteio. Sem se abalar, Daniel pegou a fruta e comeu, como forma de protesto. [...]

[...]

Dani Alves recebeu diversas mensagens de apoio, incluindo uma publicação de Neymar dando força ao amigo de clube e de seleção brasileira.

[...]

(Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2014/04/dani-alves-desabafa-apos-ironizar-racismo-temos-que-rir-desses-retardados.html>. Acesso em: 17/6/2014.)

### Somos todos racistas. E a banana do Daniel Alves não muda isso

A campanha publicitária antirracista iniciada por Daniel Alves e Neymar tem lá seus méritos por disseminar uma discussão sobre o assunto. Mas será que ela ataca o ponto principal? Será que vai servir para ao menos reduzir a discriminação no futebol?

[...]

Obviamente que não. A estrutura do futebol é racista. E ela é racista porque nós, homens, que a construímos, somos racistas. [...]

Olhe por exemplo para o presidente da Fifa, Joseph Blatter. Branco e suíço. Seus antecessores sempre foram brancos das elites de seus países [...]. Negros só ocuparam posições laterais no poder. [...]

Observe agora a América do Sul, a Conmebol (Confederação Sul-Americana de Futebol). A foto de seu núcleo de poder só mostra brancos no centro. [...]

Chegamos ao Brasil, à CBF. Todos os presidentes da confederação até hoje foram brancos. [...]

Agora, pegue uma foto do presidente do seu clube. Se olharmos para as imagens dos presidentes dos 12 grandes times nacionais, no máximo, você verá o moreno Roberto Dinamite. [...]

[...]

Vamos aos bancos de reservas. Nos grandes times nacionais, há dois técnicos negros [...].

[...]

E não há negros no futebol? Ora, o futebol brasileiro foi formado em cima da capacidade de técnica de jogadores mulatos, pretos, índios, mestiços em geral. [...] E nenhum deles teve



Figura 12

capacidade de ascender a cargos importantes após o final de sua carreira? Ou o caminho estava barrado por uma estrutura arcaica e racista?

Qual o quadro então que vê um torcedor destes desprovidos de inteligência, com banana na mão? Um futebol dirigido e dominado por brancos no qual os negros e mestiços podem atuar como bem-pagos artistas de espetáculos. Na visão distorcida dele, aquele ali é um macaco de exibição com quem ele pode fazer o que quiser, até tacar bananas.

[...]

Quando linchamos o racista no estádio, tentamos esconder o que também está em nós, ainda que escondido. Porque fomos nós que construímos essa estrutura discriminatória do futebol mundial, como reflexo do que fazemos na sociedade inteira. E, por mais que nos esforcemos por mudanças, continuaremos a ser racistas por longo tempo, de barrigas cheias de bananas ou não.

(Disponível em: <http://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2014/04/29/somos-todos-racistas-e-a-banana-do-daniel-alves-nao-muda-isso/>. Acesso em: 18/6/2014.)

NÃO EXISTE NADA MAIS  
**PERIGOSO**  
NO BRASIL DO QUE SER UM  
**JOVEM NEGRO**  
DOS 52.198 MORTOS POR  
HOMICÍDIO EM 2011 NO PAÍS  
MAIS DA METADE ERAM JOVENS  
**71,5% ERAM  
NEGROS**  
**93% ERAM HOMENS**

**A COR DA PELE**  
É O PRINCIPAL MOTIVO DE  
SUSPEIÇÃO POLICIAL  
**65% DOS  
POLICIAIS**  
ENTREVISTADOS ADMITIRAM QUE  
**PRETOS E PARDOS**  
SÃO PRIORIZADOS NAS ABORDAGENS

PARA **55,8%**  
**DA POPULAÇÃO**  
A MORTE DE UM JOVEM NEGRO  
**CHOCA MENOS**  
DO QUE A MORTE DE UM JOVEM BRANCO

(Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/231/especial/ser-um-jovem-negro.html>. Acesso em: 18/6/2014.)

## Adolescentes contra o racismo – Depoimento de Gabrielle dos Santos Oliveira

Bom dia a todos! Sou Gabrielle, tenho 15 anos, venho do município de Valente, faço parte do Comitê Estadual da Bahia e sou membro da equipe Pró Selo do meu município, juntamente com outros adolescentes, participando de discussões e buscando ações de melhorias para qualidade de vida de nossas crianças e adolescentes.

O que eu acho do racismo: Eu sou negra e já fui vítima desse preconceito. Sei como isso afeta psicologicamente as pessoas, fazendo com que elas se sintam inferiores a outras pessoas, o que não é certo e nem é verdade.



*Be free three* (2010), de Kaaria Mucherera.

Figura 13

Uma das coisas que o País pode fazer para acabar com o racismo, por exemplo, é iniciar uma mudança na educação — porque ela é a base de tudo —, buscando valorizar a história do povo africano que foi um povo que influenciou muito em nossa cultura, pois na escola nós só aprendemos, na maioria das vezes, que os negros vieram ao Brasil como escravos. Não nos falam que de lá vieram muitas rainhas e que aqui elas foram transformadas em escravas.

Portanto, a mensagem que deixo a vocês aqui hoje é: Não se pode julgar uma pessoa pela cor da sua pele, afinal o que realmente importa é o que cada um traz dentro de si.

(Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/multimedia\\_19597.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/multimedia_19597.htm). Acesso em: 18/6/2014.)

Quando nasci em São Paulo, tinha tudo para que minha vida desse errado. Sou albino. Isso já acarreta uma série de problemas, como não poder tomar sol ou ter visão prejudicada. Tenho 10% de visão no olho direito e 15% no esquerdo. Além dessas inconveniências físicas, havia também os problemas econômicos. Minha mãe era empregada doméstica, e meu pai, feirante. Tínhamos poucos recursos. Quando nasci, eles ficaram assustados. Já tinham perdido um filho com albinismo, com sérios problemas cardíacos.

Passado o susto, minha família sempre me aceitou e deu apoio. Fora de casa, era diferente. As pessoas me apontavam na rua, debochavam. Fui chamado de vovô, rato branco, até mesmo de marciano — e olha que nem sou verde. Nunca quis me esconder em casa. Desenvolvi uma série de estratégias. À medida que as pessoas me zoavam, fui percebendo que elas me colocavam no centro das atenções. Na adolescência, decidi que ocuparia essa posição por conta própria. Fiz teatro amador, estudei inglês e me dediquei aos estudos. Com o incentivo de professores, fiz mestrado e doutorado em dramaturgia americana na USP — e virei professor.

(Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Vida-util/noticia/2013/03/roberto-rillo-biscaro-veneci-preconceitos-e-virei-defensor-dos-albinos.html>. Acesso em: 18/6/2014.)



### Planejamento do texto

- Anote os melhores argumentos que encontrou nos textos lidos e que possam ser úteis para fundamentar o ponto de vista que você irá desenvolver. Depois anote argumentos próprios que expressem sua opinião sobre o tema.
- Organize o texto em parágrafos. Você pode apresentar a ideia principal (a tese) de seu texto logo no primeiro ou no segundo parágrafo e, nos parágrafos seguintes, expor argumentos que possam fundamentá-la. Reserve um parágrafo para a conclusão.
- Busque uma linguagem objetiva, tendendo à impessoalidade e de acordo com a norma-padrão.
- Tenha em vista o perfil do interlocutor. O texto deverá ser exposto no mural da classe e, portanto, lido por seus colegas.
- Dê ao texto um título que desperte o interesse do leitor.

Scanned with  
214 CamScanner

### 3.1.6 Texto dissertativo- argumentativo: redes sociais

Para alimentar a argumentação dos alunos para essa produção, o primeiro texto é relato de um adolescente que defende que o acesso ao mundo digital não o prejudicou nas relações sociais e é extremamente útil em diversas atividades cotidianas. Não há, no texto, nenhuma menção que possa ser relacionada com o gênero feminino ou masculino, além de uma: ao referir-se a uma personalidade digna de pesquisa sobre sua vida no *Google*, o nome que aparece é de um homem, político, militar: Getúlio Vargas.

O segundo texto, na mesma página, é uma reportagem intitulada “Garotas foram encontradas enforcadas após fotos e vídeos publicados na internet” e relata a história de duas jovens, de 17 e 16 anos, do Piauí e no Rio Grande do Sul, que foram encontradas em uma aparente cena de suicídio. Ambas as meninas tiveram imagens íntimas suas publicadas indevidamente na *internet*.

As escolhas semânticas para compor a notícia, revelam a carga ideológica a respeito do direito da mulher sobre seu próprio corpo. Considerando que, como visto na análise dos textos anteriores, podemos perceber que na representação literária, o espaço da mulher é restrito ao doméstico, ao analisar o contexto das notícias reproduzidas no livro, nota-se que, o corpo feminino, ao ser exposto ao espaço público, sofre represálias por tal ação. Apenas a exposição da intimidade feminina é fator motivador de crimes na internet, na representatividade dos recortes enunciativos expostos na seção sobre o tema. Esse crime, cometido por pessoas que recebem ou obtém as imagens em um contexto de compartilhada confiança, representam um processo de punição coletiva pelo desvio de conduta da mulher, sua não restrição às condições reservadas em seu espaço historicamente construído no privado. A exposição, causada por sujeitos masculinos, conforme demonstrado no trecho “teve um vídeo de sexo divulgado na internet por um rapaz com quem se relacionou”, traz consequências trágicas para a vida das mulheres vítimas desse crime, “parei de trabalhar e estudar”, enquanto não se menciona nenhuma consequência para os homens autores de tais contravenções.

Ao passo em que não se traz nenhum juízo de valor a respeito do comportamento do homem que faz o uso e divulgação indevidos da imagem da mulher, “um adolescente foi interrogado e admitiu o envio a quatro amigos de uma foto de Giana com os seios à mostra. A imagem foi gravada por ele em uma conversa pelo Skype, há seis meses”,

expressões como “as vítimas se deixam filmar” viabilizam a culpabilização da vítima, tão recorrente em relação aos crimes de natureza sexual.

Na página seguinte (figura 14), a conclusão da reportagem traz um *Box* sobre os riscos da internet, com informações “Para não se tornar uma vítima” e “Para ajudar os seus filhos”. Dos oito itens mencionados como fatores de prevenção, o foco se estabelece para evitar que as próprias imagens íntimas sejam divulgadas, não mencionando em nenhum momento a conscientização para o não compartilhamento de imagens alheias, o respeito ao corpo e à intimidade do outro, em um compromisso de formação ética provavelmente mais coerente com o dispositivo educacional que é o livro didático. Nesse panorama, podemos depreender que as recomendações, como na seção anterior que apenas expõe preocupação com a prevenção da gravidez na adolescência para o público feminino, são direcionadas apenas às meninas, já que não há indício algum de vazamento de fotos masculinas nas redes sociais.

Há, novamente, o reforço da não responsabilização do homem pelas suas atitudes, mesmo que criminosas. Em contrapartida, é nítida a responsabilização da mulher pelas ações cometidas contra ela própria, como se fosse merecedora de constrangimento e exposição por fazer uso da própria imagem e, caso queira evitar que tenha sua intimidade violada, que ela mesma tome a iniciativa de se auto preservar e não compartilhar “fotos ou vídeos de sua intimidade que possam trazer constrangimentos futuros”.

Figura 14-argumentos para a discussão

## AGORA É A **sua vez** ▶

Nos dias atuais, crianças e adolescentes têm participado ativamente de redes sociais *on-line*. Para ampliar seus conhecimentos sobre esse assunto e se preparar melhor para produzir um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema, leia o painel de textos a seguir.

### Vinte e tantos

[...] Me chamam de "nativo digital" porque cresci rodeado de aparelhos inteligentes. É certo que minha vida social se fundiu com a eletrônica, que não vivo sem o meu celular, mesmo achando que falar ao telefone é quase falta de educação. Prefiro mandar fotos e mensagens de texto, até porque posso fazer isso para várias pessoas ao mesmo tempo. Estou sempre conectado, durmo e acordo com o celular. Sei que isso incomoda você, mas não consigo evitar. Do meu jeito, estou prestando atenção em você. [...]

A vida nas grandes cidades me tirou das brincadeiras na rua e na lama, mas me deu em troca um pluralismo sem precedentes entre indivíduos de diferentes etnias, gêneros, crenças, partidos e preferências sexuais. Riquezas e diferenças. [...]

Muitas vezes tenho vergonha de perguntar as coisas até para meus amigos, por isso apelo para o tio Google, que me ajuda a entender o que é cada novo assunto, cada novo serviço, como faço pra cozinhar um ovo, quem foi Getúlio Vargas, do que trata esse filme ou música. [...]



Ikon Images/Getty Images

(Lulí Radfharer. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luliradfharer/2014/05/1452803-vinte-e-tantos.shtml>. Acesso em: 8/6/2014.)

## Garotas foram encontradas enforcadas após fotos e vídeos publicados na internet

JULIANA COISSI  
DE SÃO PAULO

Júlia, 17, era fã de rap e da cantora Miley Cyrus, frequentava o colégio e um curso técnico de enfermagem. Giana, 16, gostava de salto alto e cursava o ensino médio e um curso de secretariado.

Júlia Rebeca dos Santos, de Parnaíba (PI), e Giana Laura Fabi, de Veranópolis (RS), tinham algo em comum: viviam conectadas à internet.

Elas tiveram a intimidade devassada com a divulgação de fotos e vídeos íntimos. E, com uma diferença de quatro dias, foram achadas enforcadas em casa; Júlia, no dia 10, e Giana, no dia 14. As suspeitas são de suicídio. [...]



Figura 15

O delegado Marcelo Ferrugem disse que um adolescente foi interrogado e admitiu o envio a quatro amigos de uma foto de Giana com os seios à mostra. A imagem foi gravada por ele em uma conversa pelo Skype, há seis meses.

No caso de Júlia, a polícia analisa quem espalhou um vídeo no qual ela aparece mantendo relações sexuais com uma garota e um jovem, todos menores de idade. [...]

Ana Luiza Mano, do Núcleo de Pesquisa da Psicologia em Informática, explica que as vítimas se deixam filmar por acharem que estão num contexto de confiança e que aquele momento ficará só entre os envolvidos.

Quando a confiança é quebrada, têm de enfrentar a pressão social.

Foi o caso da estudante Fran Santos, 19, de Goiânia, que tenta reconstruir sua vida desde que foi exposta na internet, em outubro.

"Parei de trabalhar e estudar. Na rua as pessoas ficam olhando e comentando. Já até tentaram tirar foto minha no ônibus", conta Fran, que teve um vídeo de sexo divulgado na internet por um rapaz com quem se relacionou.

A jovem tenta retirar o conteúdo da rede — sem muita esperança de que vá conseguir. "Infelizmente está cada dia mais comum. Não fui a primeira e não serei a última".

Editoria de Arte/Folhapress

### RISCOS NA INTERNET

Como agir para evitar que imagens íntimas suas sejam divulgadas

#### Para não se tornar uma vítima

> Nunca compartilhe fotos ou vídeos de sua intimidade que possam trazer constrangimentos futuros

> Cuidado com relacionamentos virtuais. Pessoas mal-intencionadas podem querer imagens íntimas suas para publicar sem sua autorização

> Na internet, tudo é para sempre

> O que você divulga para os seus amigos nas redes sociais se torna público e pode ser manipulado por alguém para chantagear

#### Para ajudar os seus filhos

> Não confunda a capacidade técnica de seus filhos com a maturidade e capacidade crítica de interpretar e resolver problemas na rede

> Proibir não educa nem previne, uma relação de confiança e muito diálogo ainda são as melhores tecnologias

> Provoque conversas sobre a noção que seus filhos têm de privacidade e se entendem a dimensão pública dos ambientes digitais

> Caso seu (sua) filho(a) seja vítima, não condene ou recrimine de imediato. O mais importante é acolher e proteger para minimizar a angústia da vergonha que sentem

Fontes: ONG Safernet Brasil, Omar Kaminsky, advogado especializado em novas tecnologias

(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1379103-garotas-foram-encontradas-enforcadas-apos-fotos-e-videos-publicados-na-internet.shtml>. Acesso em: 10/6/2014.)

Escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema **O adolescente e as redes sociais**, procurando dar atenção especial aos aspectos de continuidade e progressão de ideias.

## CONSIDERAÇÕES EM CONSTRUÇÃO

Início a seção com a justificativa de seu título: “em construção”, pois não há nenhum processo aqui encerrado. De fato, o que consegui foi apenas participar modestamente, me incluir em uma longa corrente que se movimenta há muito tempo, com a bravura da indignação contra as desigualdades de gênero e a humilde tentativa de colaborar positivamente em direção a algum avanço, mesmo que apenas corroborando o que já se mostra há tempos. Essa é, aliás, por si só, uma contribuição: reafirmar que ainda se vê, que se percebe o problema como outros já o fizeram antes e que o fato de ele continuar existindo não trará conformismo e retraimento, que seguiremos atentas e que, a cada reafirmação do óbvio, ao menos um avanço significativo e incontestável se dá: a percepção da que aqui escreve já não é mais a mesma sobre os processos que me constituíram como mulher, tão pouco quanto aos que eu faço parte como profissional do magistério. Esse é um inegável ganho da produção acadêmica - a consciência. E mesmo que o caminho ainda seja longo nos avanços das pautas da educação e do feminismo, a cada mente que trabalha atenta aos seus processos de reprodução, manutenção e perpetuação de discursos, um passo é dado rumo a uma perspectiva mais justa nas relações de gênero e de educação.

Concluimos nessa breve análise, apenas a confirmação dos resultados de estudos anteriores. O que a demonstração da presença do discurso sexista intrínseco aos enunciados das matérias analisadas nos permite constatar, nesse processo discursivo, é que, mesmo depois de décadas dos primeiros movimentos feministas e, mesmo com tantos estudos que, por si só ou em cruzamento com outros, desconstroem a ideia de um padrão comportamental para cada gênero, masculino ou feminino, ainda são dominantes os conceitos mais conservadores e tradicionais ao se tratar dos papéis sociais do homem e da mulher.

Apesar de discursos de políticos terem inflamado a visão do senso comum acerca do ensino e tratado como se houvesse uma transgressão de questões relacionadas a gênero e sexualidade na escola, não encontramos no livro didático qualquer evidência que possa ser colocada como contra os valores tradicionais.

Podemos dizer ainda, que reproduzem um discurso dominante na sociedade, o qual produz um saber que concebe as mulheres como frágeis e delicadas, silenciam suas demandas e as colocam em posição inferior nos papéis sociais. Apesar de todas as mudanças que ocorreram na sociedade entre o final do século XIX e o início do século

XX, essa visão sobre o feminino frequentemente se mantém como verdade, e as virtudes que dela se espera são doçura, passividade, submissão e inferioridade. As estruturas narrativas, fictícias ou não, expostas no livro didático, decorrem destas relações e são essenciais na produção, reprodução e manutenção dos discursos e é por meio da enunciação que há a conversão do nível narrativo em nível discursivo, em que os dispositivos da sexualidade se constituem. Do período inicial do movimento feminista aos dias atuais, uma série de inserções foi importante para o reconhecimento das distinções no trato social em relação ao gênero, e a visibilidade da posição da mulher e o conseqüente amadurecimento das discussões, políticas e acadêmicas - inclusive com significativo avanço nos estudos acadêmicos sobre as questões do gênero. Entretanto, aparentemente esses fatores e até mesmo a própria popularidade do movimento feminista na atualidade, em muito pouco parece alcançar a percepção do jovem estudante do interior, que ainda recebe na escola, pelo livro didático, a divisão entre masculino e feminino, tal qual está cristalizada e incorporada nas relações sociais.

Os padrões de comportamento e as expectativas psicológicas, políticas e sociais para cada gênero têm funcionado como um esquema cognitivo, um sistema de aprendizagem, fortalecido pela experiência e pelas ações repetidas cotidianamente que naturalizam os conceitos e não se deixam atravessar com facilidade por qualquer questionamento a respeito. Nessa perspectiva, o sujeito se forma, cotidianamente, atravessado pelas práticas discursivas com as quais tem contato.

O processo de "fabricação" dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de *desconfiança*. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como "natural". (LOURO, 1997, p.63)

Assim, cada sujeito experimenta a significação de maneira única, individual, de modo que um mesmo discurso será entendido de formas diferentes por cada sujeito. Entretanto, é o nível de discursos que atravessam a formação do sujeito que produzirá suas subjetividades. Simone de Beauvoir desenvolve em seus escritos a ideia de que "em nossa cultura é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo, e esta autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita sobre a sua oposição com o

sexo feminino, transformado em objeto, e visto através do sujeito.” (ALVES, PITANGUY, 1985, p.52). O feminino se forma através do que é dito e feito a respeito do masculino, não merecendo sequer a posição de sujeito na perspectiva social e discursiva.

As escolhas semânticas daqueles enunciados, caracterizando o feminino da maneira que o faz, e inclusive a ausência de particularidades consideráveis a respeito da condição da mulher, podem demonstrar essa carga ideológica ali inscrita. O sujeito discursivo, enunciador do machismo, não é se não veículo de perpetuação do discurso presente na memória coletiva e social. A materialidade do enunciado aqui, em realidade, se mescla com o acontecimento histórico de inferiorização da mulher e padronização comportamental dos gêneros.

Para Foucault, esses são os jogos de poder que aparecem na construção do sujeito e suas subjetividades, não necessariamente figuram no processo de subjetivação apenas impondo ou oprimindo valores e condutas, mas sim colocando forças em tendências ideológicas.

É possível perceber que os discursos precedem os sujeitos e as subjetividades e que estas últimas garantem os primeiros. Para Foucault, o discurso nos coloca frente a frente com “[...] uma verdade do homem bastante arcaica e bem próxima, silenciosa e ameaçadora: uma verdade abaixo de toda verdade, a mais próxima do nascimento da subjetividade e a mais difundida entre as coisas [...]” (FOUCAULT, 1972, p. 561). O discurso, nesses termos, possibilita a produção de determinados tipos de subjetividade. Nele, podemos encontrar mecanismos de subjetivação e as táticas das relações de poder que excluem outras possibilidades discursivas, seja interditando, rejeitando ou separando o verdadeiro do falso, ou fazendo tudo isso de uma só vez, conforme aponta Foucault, ao mostrar como a subjetividade vinha sendo abordada em suas pesquisas (ALVES E PIZZI, 2014, p. 82).

Diante das análises dos textos realizadas nesta pesquisa, podemos perceber um funcionamento ideológico desses dispositivos sobre os sentidos, então possibilitados nos recortes do *corpus*, revelando o momento vivido nessa comunidade, permeado pelos jogos de poder.

Analisando a verdade das proposições e as relações que as unem, podemos definir um campo de não-contradição lógica: descobriremos, então, uma sistematicidade; remontaremos do corpo visível das frases à pura arquitetura ideal que as ambiguidades da gramática, a sobrecarga significante das palavras, mascararam, sem dúvida, tanto quanto traduziram. Mas podemos inversamente, seguindo o fio das analogias e dos símbolos, reencontrar uma temática mais imaginária que discursiva, mais afetiva que racional e menos próxima do conceito

que do desejo; sua força anima as figuras mais opostas, para, entretanto, fundi-las logo em uma unidade lentamente transformável; o que se descobre, então, é uma continuidade plástica, é o percurso de um sentido que toma forma em representações, imagens e metáforas diversas (FOUCAULT, 2007 p.169)

Vimos então, nesse caminho, que a análise no texto parte do escrito, limitando-se ao dito, mas considerando o não dito, em uma perspectiva de entendimento de todo o processo que foi construído naquele contexto social para que o discurso se manifestasse de uma determinada maneira, e não de outra. Os conflitos acerca das concepções das relações de gênero, a formação discursiva sobre o comportamental e o cruzamento com o cotidiano vivido pelo indivíduo, resultam em uma manifestação ideológica. O cruzamento de todas essas tensões está presente no texto, que “nada tem de tranquilo: supõe sempre “lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões”. (FISCHER, 2013, p.130).

É preciso salientar que esses jogos de poder, inerentes ao discurso e a todas as formações humanas, “é menos da ordem do confronto entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro do que da ordem do ‘governo’.” (FOUCAULT, 1995, p.244). O que Foucault aqui nomeia ‘governo’ não refere-se à gestão política nas estruturas dos estados e sim ao governo dos sujeitos de fato, “a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes.” (ibidem, 1995, p. 244). Esse é o conceito que nos interessa aqui e que observamos no presente estudo: o controle do estado está presente em seus aparelhos, entretanto, não se pode ignorar o governo mútuo dos sujeitos, dos indivíduos uns pelos outros, em “modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos”. (ibidem)

No caso das concepções sobre o papel social feminino, esse jogo de poder que transpassa as relações dos indivíduos e o governo dos sujeitos, contém uma formação discursiva de subordinação feminina, naturalizada nas práticas sociais. O questionamento dessa naturalização, um esforço do movimento feminista em demonstrar que essa posição de inferioridade foi colocada para a mulher em um processo social, é de suma importância para que se possa avançar na pauta da igualdade de gênero, pois

a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria

possível mudar o espaço social por elas ocupado. Por esse motivo, o pensamento feminista colocou reivindicações voltadas para igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais destas desigualdades. As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo – as mulheres – e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação. (PISCITELLI, 2002, p. 08)

Conseqüentemente, percebemos a importância do diálogo entre academia e militância, pois é no âmbito da pesquisa que se entendem as origens dos processos que causam hoje a discrepância nítida nas formações ideológicas, discursivas e sociais acerca do feminino e do masculino. Vale ainda considerar que o conservadorismo se mantém presente em relação à comunidade LGBT, também marginalizada nas relações sociais por consequência de relações de gênero e sexualidade. Não há ocorrência de personagem homossexual nas ficções apresentadas no livro didático, tão pouco a inclusão desse grupo em qualquer estatística base para a argumentação nas produções textuais. A invisibilidade desses sujeitos, bem como a feminina em determinadas passagens do livro didático, sugere que,

Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda "eliminá-los/as", ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da "norma". A ignorância (chamada, por alguns, de *inocência*) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos "bons" e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às "gozações" e aos "insultos" dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO, 1997, p.67-68)

Há uma constante preocupação sobre o gênero e a sexualidade na escola. Não se fala de feminismo, não se fala da comunidade LGBT, não se menciona a violência contra a mulher como dado relevante, não se propõe uma mudança de postura acerca das responsabilidades reprodutivas masculinas, não trata o assédio como um problema a ser solucionado com conscientização dos infratores – de fato e em potencial – e respeito aos corpos femininos, homossexuais, quaisquer que sejam. Os problemas citados, existentes, emergentes, recorrentes na sociedade, parecem ser necessários de ser abordados, mas apenas em um nível superficial, que permita a aprovação da obra no edital de seleção que prevê uma postura mais humanitária, mas com os discursos controlados em um nível que se faça uma manutenção da norma, sem que de fato

promova qualquer reflexão profunda que possa contribuir para os processos de evolução e transformação social.

Como se explica que a sexualidade e o gênero sejam causas de tantas questões que norteiam as subjetividades e o próprio funcionamento do governo, enquanto estado político e enquanto governo dos corpos, entretanto não haja uma postura do sistema educacional que mobilize qualquer movimento de enfrentamento?

Mais do que mostrar os exemplos explícitos das práticas sexistas que o livro didático traz - aquelas que atribuem expectativas de características e comportamentos com base no sexo, como se fosse algo determinado naturalmente – as dispersões discursivas, descrevendo como as variadas estratégias de composição dos personagens e das relações nas redações encontram fundamento nas práticas discursivas da sociedade atual, demonstram como as representações são reflexo do que se construiu até hoje e também ferramenta de manutenção para a perpetuação desse sistema.

As regularidades observadas demonstram que as práticas discursivas apresentam representações que restringem a mulher a um papel colocado pelo patriarcado nas relações de poder na sociedade. O tratamento dado à maternidade tanto na ficção quanto a respeito da gravidez na adolescência, como visto anteriormente, reflete um saber que reforça estereótipos femininos. Além disso, expressam significados construídos social e culturalmente, almejando produzir certos tipos de identidades sociais por meio de diferentes formas de representação.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todas feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985.
- ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALVES, Julia M. D.; PIZZI, Laura C. V. **Análise do discurso em Foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades na escola**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 81-94, jan-jun, 2014.
- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988a.
- \_\_\_\_\_. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Editora Unesp, Hucitec, 1988b.
- BARROS, Diana. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. 3ª ed. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2005.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.
- \_\_\_\_\_. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960b
- BRASIL. **Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático**. PNLD 2017 – Brasília: 2015.
- BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, pp. 133-184, jul/dez. 1995.
- BUTLER, Judith. **A Filósofa que Rejeita Classificações**. São Paulo: 2013. Cult, São Paulo, Ed. Especial, n.06, ano 19, p. 46-50, 14 jan. 2016. Entrevista concedida a Carla Rodrigues. Tradução: Mario Sagayama.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Tradução: Renato Aguiar.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português linguagens, 9º ano**. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CORNEJO-VALLE, M. PICHARDO, J. I. **La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español**. Cad. Pagu [online], n.50, 2017.
- COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, [S.l.], v. 1, n. 1, set. 2016. ISSN 2448-2935. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090/3058>>. Acesso em: 13 out. 2018.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004**. Estudos de literatura brasileira contemporânea nº 26. Brasília, julho/dezembro de 2005, PP. 13-71.

- FISCHER, Rosa M. B. **Foucault**. In: Luciano Amaral Oliveira. (Org.). Estudos do Discurso. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2013, p.125-151.
- \_\_\_\_\_. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**. Florianópolis, v.21, n.2, 2003, p. 371-389.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2 ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2015.
- \_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. (Orgs) Michel Foucault: Uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense. Universitária, 1995.
- GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas? In:\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4ª ed., 2002, Pp.41-57
- GREIMAS, Algirdas J.; FONTANILLE, Jaques. **Semiótica das paixões**. São Paulo, Ática, 1993.
- GREIMAS, Algirdas J. **A sopa ao “pistou” ou a construção de um objeto valor**. Trad. Edith L. Modesto. Revista Significação, São Paulo, n.11/12, p. 7-21, set. 1996.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. Alfa, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 8: A transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992, pp.252-265.
- LOPES, Edward. **Fundamentos de linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1999.
- LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- MAGALHÃES, Theresa Calvet de. Violência e/ou poder. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs). **Figuras de Foucault**. São Paulo: Autêntica, 2006.
- MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- MISKOLCI, R. CAMPANHA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Rev. Sociedade e Estado, v.32, n.03, set-dez, PP. 725-747, 2017.
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio. – no movimento dos sentidos**. Campinas, S. R: Editora da Unicamp, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. 2. Ed. Campinas-SP, Pontes Editores, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso, Princípios e Procedimentos**. 9. ed. Campinas-SP, Pontes Editores, 2010
- PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 2009.

- PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, pp. 07-42, 2002
- SANTOS, Sonis S. B. Pêcheux. In: Luciano Amaral Oliveira. (Org.). **Estudos do Discurso**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2013, p.209-233.
- SILVA, José Otacílio da. Althusser. In: Luciano Amaral Oliveira. (Org.). **Estudos do Discurso**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2013, p.72-100.
- SILVA, Jacilene. **Identidade de gênero: os atos performáticos de gênero segundo Judith Butler**. Recife: independently published, 2018a.
- \_\_\_\_\_. **Feminismo e identidade de Gênero: Considerações com base no pensamento de Judith Butler [recurso eletrônico] / Jacilene Silva.** – Recife: Publicado independentemente, 2018b.
- SCHEFFER, M; BIANCARELLI, A.; CASSENOTE, A. **Demografia Médica no Brasil: dados gerais e descrições de desigualdades**. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo e Conselho Federal de Medicina, 2011.
- STAM, R. **Os potenciais da polifonia: reflexões sobre raça e representação**. In: Multiculturalismo tropical. São Paulo: EdUSP, 2008.